

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 04/2016

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- 2.ª Secretária:** - *Otilia Raquel Fernandes Lima*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros.**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente António José Pires Almor Branco e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *José Manuel Correia de Moraes*
 - *Carlos Fernando Avelens Freitas*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*

O Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Registo de Faltas.

Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa, Alzira Augusta Ferreira Ramos, Fernanda da Conceição Ferreira, Fernando Manuel Gomes Alves, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Carlos Alberto Miranda Monteiro, Edgar Alberto Pires e José dos Santos Sousa, Cristina Maria Ferreira Passas e Arménio Adérito Vaz.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa:* Sessão de 30 de setembro de 2016.
- *Alzira Augusta Ferreira Ramos:* Sessão de 30 de setembro de 2016.
- *Fernanda da Conceição Ferreira:* Sessão de 30 de setembro de 2016.
- *Fernando Manuel Gomes Alves:* Sessão de 30 de setembro de 2016.
- *Carlos Alberto Miranda Monteiro:* Sessão de 30 de setembro de 2016.
- *José dos Santos Sousa:* Sessão de 30 de setembro de 2016.
- *Arménio Adérito Vaz:* Sessão de 30 de setembro de 2016.

Não apresentaram justificação de Faltas:

- *Marisa de Fátima Seixas Aranda:* Sessão de 30 de setembro de 2016.
- *Edgar Alberto Pires:* Sessão de 30 de setembro de 2016.
- *Cristina Maria Ferreira Passas:* Sessão de 30 de setembro de 2016.

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:**

Bom dia a todos.

Na Mesa a Senhora Deputada *Maria Eduarda Neiva Rosa*, (PSD), 2.ª Secretária da Assembleia Municipal, é substituída pela Senhora Deputada efetiva *Otilia Raquel Fernandes Lima* (PSD).

Quanto à mobilidade, a Senhora Deputada *Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos* do PS é substituída pelo Senhor Deputado *Carlos José Fraga*, a Senhora Deputada *Fernanda da Conceição Ferreira* do CDS-PP é substituída pelo Senhor Deputado *Ricardo Alves Garcia* o Senhor Deputado *Fernando Manuel Gomes Alves* do PSD é substituído pela Senhora Deputada *Maria da Piedade Trigo* do PSD, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *José dos Santos Sousa* do PSD é substituído pela Senhora Secretária da Junta de Freguesia da Fradizela *Ana Lúcia Miranda Almeida Pimpão* do PSD, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos Navalho e Pereira *Arménio Adérito Vaz* do PSD, é substituído pelo Senhor Secretário da União de Freguesias Avidagos Navalho e Pereira, *Fernando Silva* do PSD.

Em relação à correspondência depois de termos enviado os documentos, não recebemos qualquer informação, no entanto se alguns dos Deputados tiver interesse em consultar determinado documento da correspondência enviada/recebida, temos aqui o Sr. Secretário com a documentação para poder ser consultada caso pretenderem.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 - Justificar as faltas mencionadas;
- 2 – Injustificar a falta de *Marisa de Fátima Seixas Aranda, Edgar Alberto Pires, Cristina Maria Ferreira Passas* dado não terem comparecido e não terem apresentado qualquer justificação, conforme determina o n.º 4 do artigo n.º 43 do Regimento da Assembleia Municipal;
- 3 – Comunicar à Senhora Deputada *Marisa de Fátima Seixas Aranda*, e ao Senhor Presidente da Junta *Edgar Alberto Pires e Cristina Maria Ferreira Passas* do teor desta deliberação;
- 4 – Comunicar ao Representante do Ministério Público, nos termos do n.º 1 alínea i) do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação
- 5 -. Comunicar à Assembleia de Freguesia da Junta de Freguesia de Alvites e S.Salvador, nos termos do n.º 1 alínea h) do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Queria cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhores Municípios ou outras pessoas que estejam presentes e queria também manifestar o meu agradecimento público a todos os amigos que tiveram a amabilidade de se preocupar com o meu estado de saúde, e dizer-lhes também, é com imensa satisfação que hoje aqui partilho convosco esta Sessão da Assembleia Municipal, e ver-me regressado a este convívio, é um prazer e uma fonte de estímulo.

Queria também informar esta Assembleia, que no passado final do mês de julho aceitei um convite para ir ao concelho de Machico na Madeira, fazer uma palestra sobre o Poder Local, e apresentar os cumprimentos dos nossos autarcas e de quem representa o concelho de Mirandela. Atravi-me a deixar um convite para visitar o nosso concelho, e trouxe umas pequenas lembranças para o Senhor Presidente da Câmara, espero que goste.

Vamos dar início aos Pontos da Ordem do Dia:

1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 3ª Sessão Ordinária de 17 de Junho de 2016.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, 35 votos a favor e três abstenções dos membros do CDS/PP, aprovar a ata da 3.ª Sessão Ordinária de 17 de junho de 2016.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – 1.º Período de Intervenção do Público.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

Antes da Ordem do Dia

3– Período de Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *Dinis Veiga* (PSD) disse:

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, meus Senhores e minhas Senhoras.

O Grupo Parlamentar do PSD só há relativamente pouco tempo soube do seu problema, soube há cerca de dez dias, e queria dizer que a nossa Bancada se congratula em tê-lo aqui já, e desejar uma rápida recuperação.

----- O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

As consequências da intensificação e aprofundamento da política de direita e da ação do Governo PSD-CDS/PP, perduram em todos os aspetos da vida política, económica, social, cultural e ambiental, além de representarem o retrocesso civilizacional, foram de tal forma significativas que continuarão a marcar e a condicionar as perspetivas de desenvolvimento do nosso País e da nossa região para os próximos anos.

Com a derrota do Governo PSD-CDS/PP, abriu-se uma nova fase da vida política nacional, decorrente da correlação de forças na Assembleia da República e dos compromissos e reversão de rumo neles assumidos. Com um contributo determinante das forças que integram a CDU foi já possível repor alguns direitos e rendimentos e dar resposta a alguns problemas mais urgentes, pesem embora dificuldades e contradições ditadas pelas notórias diferenças programáticas e de percurso.

Nesse sentido, no quadro da ação política, seja no âmbito do Orçamento de Estado, seja no Plano da intervenção política institucional, continuaremos a lutar pelo aumento geral dos salários, designadamente o salário mínimo nacional para os 600 €, a partir de janeiro de 2017 e o descongelamento das carreiras na Função Pública. Pela gratuidade dos manuais escolares de ensino obrigatório, fixando já no próximo ano letivo para todo o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Pelo aumento extraordinário das reformas e pensões num valor não inferior a 10 €, visando a reposição de parcela de rendimento, perdidas nos últimos quatro anos.

Por medidas de apoio à agricultura familiar e à produção nacional, pelo investimento público em diversas áreas capazes de inverter definitivamente as gritantes assimetrias regionais. É assim que honramos a palavra dada, cumprimos os nossos compromissos, com a coerência de quem, mesmo na Assembleia da República, continua a lutar pelo combate às assimetrias e pelo desenvolvimento económico que tanta falta faz a esta região.

Uma outra situação que se enquadra neste ponto Antes da Ordem do Dia, era uma situação que já foi apresentada ao Senhor Presidente do Município, que é a possibilidade de introduzir um traço descontínuo na entrada para o Centro de Saúde I, porque já existiu, e às vezes há urgência em entrar no Centro de Saúde.

----- O Senhor Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente pelo PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados e demais presentes, a todos, um muito bom dia.

Senhor Presidente da Mesa, folgo e comungo da posição partilhada pelo Deputado do PSD *Dinis Veiga*, na sua recuperação em saúde, da qual também não tive conhecimento, só hoje soube, felizmente e depois da tempestade vem a bonança, por isso temo-lo aqui com muito gosto, e esperamos por muito tempo e com muita saúde.

E porque falta alguém entre nós que já nos procedeu, é costume dizer-se que tudo nasce e tudo morre, mas quando alguém parte, alguém que foi nosso amigo, alguém que teve influência na nossa terra, que deixou o seu toque nesta Assembleia, então há uma palavra muito forte, que é saudade e o sentimento, esses não morrem.

E nesta consonância vão entender este meu tributo que aqui vou fazer.

O Senhor Deputado Municipal *Carlos Fraga* (Independente pelo PS) reproduziu integralmente a Canção “*Canta, Canta, Amigo Canta*” da autoria de *António Macedo*.

Partiu no passado dia 27 de agosto, do corrente ano de 2016, o Senhor *Manuel Henrique Taveira*, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro e 2.º Secretário da Mesa desta Assembleia Municipal, no 1.º mandato do saudoso e falecido Dr. *José Augusto Gama*. A este amigo que partiu a 27 de agosto de 2016, e recordando o próximo 16.º aniversário do falecimento do Dr. *José Gama*, deixo este tributo, ambos faleceram um mais novo, outro com 83 anos de idade, ambos com a mesma doença, a leucemia.

----- A Senhora Deputada Municipal Isabel Barreira (PS) disse:

Senhor Presidente da Assembleia, respetivos Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.

Quero reiterar os votos que foram aqui trazidos pelo Senhor Deputado *Dinis Veiga*, desejar boa saúde ao Senhor Presidente da Assembleia, também não sabia que tinha estado doente, mas desde já muito me congratulo com a sua recuperação, e saúdo todos os Membros desta Assembleia aqui presentes e que eventualmente possam estar a passar por situações menos agradáveis.

O Grupo Parlamentar do PS, deixa uma nota de congratulação com a recente anunciada alteração à Lei n.º 62/2013, que veio alterar o Mapa Judiciário e que entrou em vigor em setembro de 2014, pelos motivos que já aqui tinham sido expostos, essa Lei mais não foi do que uma “teimosia” da Senhora Ministra da Justiça que veio a revelar-se um desastre.

O PS manifestou desde a primeira hora a sua posição ao Mapa Judiciário, imposto pelo Governo do PSD-CDS/PP, que afetou as populações que habitam fora das capitais de distrito e com maiores dificuldades económicas. Este mapa afastou a justiça dos cidadãos, e com esta nova alteração que a Senhora Ministra da Justiça fez, traduz-se essencialmente na reabertura dos 27 Tribunais que foram convertidos em 2014 em Secções de Proximidade, bem como dos 21 Tribunais encerrados ao abrigo da mesma Lei. Em Mirandela a alteração que veio introduzir-se consiste basicamente na não necessidade de as testemunhas se deslocarem à Sede de Comarca para os julgamentos, podendo fazer videoconferência. Esta ainda não é a alteração que seria desejável, mas o “caminho faz-se caminhando”, foi dado um passo em frente na reposição da justiça ao Mapa Judiciário, esperemos que venha a dar os seus frutos, pelo que o Grupo Parlamentar do PS quer apenas deixar aqui bem patente essa congratulação, com esta medida no âmbito da justiça.

----- O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores.

Vou fazer uma pequena introdução, aquilo que disse sobre o Governo de *José Sócrates* e recordo que *José Sócrates* em 2010 dizia o que o atual 1.º Ministro diz, é muito parecido, parece-me que estamos a entrar outra vez no “pântano”, ou que iremos entrar no “pântano”, ou melhor, nas “areias movediças”.

O “Governo de Geringonça” está a tratar desta realidade de uma forma muito especial. A economia não cresce, todas as situações que o INE – Instituto Nacional de Estatística propõe no seu Boletim Mensal e o que dizia o Ministro *Daniel Bessa*, Ministro do Governo de *António Guterres*, diz que os números para ele é que contam, por isso não está a ver com grande otimismo esta saída com uma certa clareza e não se identifica muito com ela. Ao contrário do que se diz, está a retirar a raridade como ela fosse outra e isso é perigoso, ter governantes que gostam de ver as coisas como elas não são, paga-se caro e nós pagamos isso muito caro durante anos.

Aquilo que o Senhor Eng.º *José Sócrates* fez em 2010, é parecido com o que o atual 1.º Ministro diz agora, mas assegurou, ao contrário do que o que aconteceu nessa altura, terá que *António Costa*, se isso acontecer, pedir penitência aos Portugueses.

Lembro-me, e a memória não me falha, que *José Sócrates* dizia em 2010 que o País estava numa situação de que não precisaria de ajuda, e que com a riqueza que produzia, com o investimento que produzia, não iríamos necessitar de resgate algum.

Infelizmente as palavras que ouço de *António Costa* e de todos os analistas políticos, em termos de rating, as empresas de rating e a DBRS - Dominion Bond Rating Service (Agência de Notação de Crédito), aguarda-se para outubro uma nova resposta e a DBRS disse atualmente, ainda ontem que diz que considera que as derrapagens em Portugal são de risco elevado, diz Ferguson Mark Komarck que o peso da dívida deixa o País exposto a choques impossíveis de controlar. Não sei o que é que vai acontecer, passados estes meses e este tipo de Orçamento.

Já também há uma situação que para nós, e que o *Daniel Bessa* também falou, que as pessoas não se informam para falar sobre estas questões, e ele disse e eu vou tentar transmitir, talvez ainda o mais preocupante para nós portugueses e portuguesas, seja a instabilidade política no País, e com isso se traduz na perda de competitividade. Enquanto o Primeiro-ministro *António Costa* e os aliados do Governo se preocupam com fait-divers, Portugal desceu este ano de 38.º para 46.º, no ranking mundial da competitividade segundo World Economic Forum. Em termos de pontuação, cada vez nos estamos a aproximar de um País mais subdesenvolvido, que é aquilo que nós somos, infelizmente.

A principal razão desta descida é a suspeita do costume: “a ineficiência da máquina administrativa do Estado”, invariavelmente incapaz de resolver os problemas da economia. Parece até mais vocacionada para cria-los.

Omnipresente e sempre castradora, apaga toda e qualquer faísca do empreendedorismo.

----- **O Senhor Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara e respetiva Vereação, minhas Senhoras e meus Senhores.

A minha primeira palavra, até porque só agora mesmo soube dos problemas de saúde do Senhor Presidente da Assembleia vai para o Senhor Presidente da Assembleia, espero que esteja totalmente refeito dos seus problemas de saúde, já que considero uma “lufada de ar fresco” nesta Assembleia.

Gostaria de enviar dois postais ao Senhor Presidente da Câmara, um postal com fotografia e um postal de sombras. O postal com fotografia é toda aquela zona do LIDL, que tem ver com a derrocada de algumas casas. Os problemas dos cidadãos sejam eles quais forem, tenham eles o partido que tenham, devem ser resolvidos de forma célere e os compromissos devem ser assumidos. Aquele postal como postal de Mirandela envergonha-nos a todos e penso que envergonhará também a Câmara.

O outro é um postal de sombras, que tem a ver com os doze bungalows do Parque de Campismo. Como se recordam da negociação, era Presidente da Câmara Dr. *José Silvano*, fez parte da cedência do terreno da hemodiálise um valor pago em dinheiro e uma contrapartida de doze bungalows, esses estão com certeza num postal sombras, porque que eu saiba eu não os consigo ver e gostava também de ter uma opinião do Senhor Presidente da Câmara sobre isto.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.

Uma palavra sentida para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi uma boa surpresa vê-lo hoje aqui, teve uma recuperação rápida, fica aqui a minha saudação e alegria por contarmos consigo à frente dos trabalhos.

Em relação aos assuntos que foram colocados, gostaria de dizer ao Senhor *David Garrido* que esse assunto já nos foi colocado, há uma informação técnica que não é alinhada com a solicitação do Centro de Saúde.

A informação técnica vai no sentido de que a situação de emergência quando ela ocorre não é suscetível dessas dificuldades, estamos a falar de emergência, e existem nessa mesma zona, traçados descontínuos para o acesso à garagem do Centro de Saúde.

O Diretor do Centro de Saúde teve oportunidade de contestar essa situação, já nos apresentou um conjunto de situações ponderáveis e neste momento vamos tentar avaliar isso. Vai ser realizado uma ação de pintura na cidade. Está já em fase de adjudicação, no âmbito dessa empreitada iremos fazer alguma alteração modificando, a forma de acessos de emergência ao Centro de Saúde.

Em relação ao Deputado *Baltazar Aguiar*, dizer o seguinte em relação à questão do LIDL, já tive oportunidade de manifestar isso aqui numa Assembleia. Há um processo a decorrer em Tribunal, houve uma sentença para a Câmara fazer intervenção temporária, que a Câmara já fez, está concluída e a última ação, foi uma ação em que a Senhora Juíza que está encarregue deste assunto, determinou a indicação de um Perito, neste caso não é um Perito da nossa região, para ser um Perito independente, que irá fazer uma avaliação do que foi feito e do ponto de situação.

A Câmara já fez tentativas de conciliação e reuniões com os proprietários no sentido de encontrar uma solução de conciliação entre todos os envolvidos, não tem sido fácil porque há posições díspares. O que interpretamos de ser ou não um postal feio, é que existe um conceito de responsabilidade jurídica, dentro do processo que está a decorrer no Ministério Público sobre toda a situação e a Câmara tem acompanhado jurídica e tecnicamente. A Câmara Municipal nunca foi condenada a fazer qualquer tipo de intervenção para solucionar aquela situação, a Câmara Municipal foi indicada para fazer uma solução de estabilização e é isso que está feito neste momento.

Em relação aos doze bungalows já tive a oportunidade de transmitir ao Deputado *Baltazar Aguiar* aqui que o *Dr. Nunes Azevedo* fez um investimento de oito milhões de euros em Mirandela, uma vez que falamos tanto de investimento, eu já vi dar terrenos grátis em Mirandela a quem fez menos investimento, felizmente isso já não acontece.

Tive uma reunião recentemente com o *Dr. Nunes Azevedo* por dois motivos, o primeiro é porque ele vai realizar em Mirandela um Congresso de Medicina Integrativa, vai trazer a Mirandela um conjunto internacional de cientistas, que vão fazer um Congresso aqui em Mirandela, e também por outro motivo para o qual me solicitou ajuda, pelos dois milhões de euros que neste momento lhe deve o Estado da sua atividade e que lhe provocam problemas de tesouraria, que leva neste momento a estar em causa a estabilidade económica e a sustentabilidade da empresa.

Nesse sentido não me sinto à vontade para forçar a execução dos bungalows.

Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia.

4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- **A Senhora Deputada Municipal Odete Ferreira (PS) disse:**

Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

Como estamos em setembro, habitualmente designado pela “reentre”, votos de uma ótima “reentre” política, educativa, social e aproveitar também para me congratular com as melhoras do Senhor Presidente da Assembleia, e já agora extensivo a todas as pessoas que de um modo ou de outro atravessaram períodos menos bons em termos de saúde.

Relativamente a este Período, vou tentar gerir aqui o melhor possível, porque são vários considerandos. O primeiro será, o que já vem sendo habitual, de congratulação pelas boas práticas que quer diretamente a Câmara Municipal promove, quer a dita sociedade civil e que sendo extensa não vou de facto indicar, e que eu vou seguindo pelas Newsletters e também pela Comunicação Social, como por exemplo a presença do Senhor Presidente no programa da manhã que ouço sempre na RTP3.

Vou focar-me nos seguintes aspetos, controlo de pragas, porque é que falo neste aspeto? Só para perguntar se a Câmara também pode intervir eventualmente, ou dar algum conselho sobre esse aspeto aos particulares?

Sobre o repuxo do Tua, que muito bem, não causou qualquer transtorno nenhuma essa intervenção, mas queria aproveitar para perguntar se a Autarquia tem competências para fazer intervenções de limpeza do rio? Sem ser agora esta questão do repuxo, por exemplo, noto que a Ribeira de Carvalhais frequentemente está bastante poluída, ou melhor, por vezes não, naturalmente sabemos do problema da poluição dos rios e afluentes, mas a Ribeira de Carvalhais sendo que atravessa ali uma zona particularmente agradável da cidade, não sei se tem competências para fazer essa limpeza com alguma periodicidade.

Sobre as Festas da Cidade, também não vou repetir o que correu muito bem, queria apenas referir um aspeto que me deixou muito agradada, foi o facto de ver vários contentores para recolha de plástico e vidro, gostei imenso de ver essa preocupação e que se continue até ainda com mais colocação de contentores, e se calhar não sei até que ponto os cafés e outros comerciantes fazem essa reciclagem, não sei se a Câmara pode alargar essa sensibilização.

Vou tentar ser sintética quanto ao Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM-TTM, no que respeita à execução de obras de reabilitação, o Plano Estratégico de Intervenção no Parque Escolar, no que já está edificado, li este assunto na Informação do Senhor Presidente, está referido na página 13, na página 14, depois há uma outra referência mas que eu não vou falar, sobre a questão da aquisição do edifício do Instituto Piaget.

O que eu gostaria e não tecendo comentários, era que fosse prestada a esta Assembleia, assim concretamente, porque eu li e reli, mas eu como gosto de grelhas, exatamente o que é que a Câmara, porque a dada altura diz que além da reabilitação diz que a Câmara acedeu a um Protocolo para assumir as obras da Escola Secundária, mas também percebi que há uma candidatura, dentro do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, que passa por cerca de 2,400 milhões de euros e depois já se falar em cerca de 3,500 milhões de euros.

O que eu pretendia aqui era que o Senhor Presidente em duas “penadas” muito elucidativas, dissesse exatamente o que é que a Câmara tem de assumir de dinheiros públicos e o que é que afinal vem de Fundos Comunitários. Porque de resto, é evidente que todas as intervenções no Parque Escolar são muito bem-vindas, são necessárias e têm mesmo de ser, temos de cuidar do nosso património material, para que o nosso património imaterial na pessoa das nossas crianças e jovens possam de facto constituir uma mais-valia dentro do País e europeu, no mundo.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente, restantes elementos da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e público aqui presente.

Renovar, já o fez de forma coletiva o líder da Bancada do PSD, mas também renovar os votos pessoais, de estima e de consideração e também de alguma admiração pelo restabelecimento de saúde do nosso Presidente da Assembleia.

Em relação a este Documento, pouco há a dizer uma vez que o Documento é bastante elucidativo, porque retrata um conjunto de atos em eventos e atividades da Câmara Municipal de Mirandela e os seus Vereadores, no seu relacionamento, quer com instituições públicas do concelho de Mirandela, mas também com outras instituições inebrias de governação.

Contudo gostava de referir e salientar apenas quatro atividades ou factos políticos que vêm descritos no Documento, nomeadamente, a aquisição do edifício do Instituto Piaget, a renovação do Parque Escolar, que o Senhor Presidente pela Ordem de Trabalhos desta Assembleia, terá a oportunidade de se pronunciar e também a convite do Membro da Assembleia *Odete Ferreira*, realçar as Festas de Nossa Senhora do Amparo, um cumprimento especial ao Senhor Juiz da Confraria, nosso colega de Assembleia Municipal *Silvío Santos*, pelo trabalho e pela nobreza que uma vez mais as Festas da Cidade de Mirandela nos colocam no plano nacional, como festas de referência, instituindo alguma nobreza a esta Cidade e a esta região, pelo cumprimento deste evento, a continuar sempre na ordem do dia, naquilo que são as festas nacionais.

Em relação à Semana da Mobilidade, dizer que esta atividade já teve melhores dias, contudo, a sua celebração com um conjunto de atividades de referência, como já tive oportunidade de ouvir o Senhor Presidente da Câmara, depois de um período de

restabelecimento financeiro desta Câmara Municipal, terá novo andamento e novas atividades, tanto mais que pelas obras ao nível da mobilidade que esta cidade irá sofrer, sou adepto deste “Modus Suave” de transporte, pese embora fazer mea culpa não ser utilizador da bicicleta todos os dias.

Também referenciar a Semana Europeia do Desporto, pela audácia do Senhor Presidente e dos profissionais da Câmara Municipal de Mirandela, nomeadamente os Técnicos Superiores de Educação Física e Desporto, pelas ações desenvolvidas, mas sobretudo pelas atividades programadas que colocarão futuramente a cidade de Mirandela a rivalizar ou a par de outras cidades da Europa.

São um conjunto de informações que estão plasmadas nas redes sociais, que os partidos políticos desta Assembleia nem sempre dão a importância e o objeto do tratamento político devido, contudo hoje enalteço um conjunto de intervenções neste item e mais uma vez o Membro da Assembleia *Odete Ferreira*, que me acompanha nesta análise, por forma a valorizar este conjunto de informações, que é um direito próprio do Senhor Presidente da Câmara.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Carlos Fraga* (Independente pelo PS) disse:**

Muito bom dia Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Quanto a este ponto de trabalhos na Ordem do Dia, Informação do Senhor Presidente, já não é a primeira vez que eu refiro, feita de uma forma bastante meritória e positiva, bastante exaustiva. Apenas e na apreciação que fiz, e é apenas mais um condimento, mais um elemento, pelo menos não vislumbrei na Informação, mas penso que todos teremos conhecimento e registo isso como agrado e como positivo enquanto mirandense, que foi neste ciclo de festas e que os anteriores oradores já falaram, nomeadamente a iluminação da nossa Ponte Velha, que começou com os eventos ainda antes das provas de Motonáutica, que se prolongou durante o grande ciclo das Festas em Honra da Nossa Senhora do Amparo e da nossa cidade de Mirandela e assim continuou a Ponte Velha iluminada durante todo o mês de agosto e grande parte do mês de setembro. Registo naturalmente com alegria, não sei se foi programado, só o Senhor Presidente o poderá dizer, se foi programado para esse efeito, ou se foi ocasional, mas de qualquer forma é só para dizer que, e é a minha opinião pessoal, que sinceramente gostei e como gostei que este ex-líbris da nossa cidade e do nosso concelho, estivesse iluminado durante esse período de verão, dando mais alegria e mais cor, nomeadamente à noite, ao rio, às margens, sendo observado por tantos visitantes que tivemos entre nós, será caso para repetir naturalmente no próximo ano.

----- **O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à sinalização vertical e horizontal, queria chamar à atenção da possibilidade de alterar a sinalização no cruzamento da EM 15 para Golfeiras. Tem lá uma sinalização vertical que confunde quem quer entrar vindo de Vila Real para Golfeiras. Há uma sinalização horizontal, só que segundo a Lei, a sinalização horizontal não tem qualquer efeito, se não houver uma sinalização vertical e ali tem-se dado alguma confusão, porque existindo a sinalização horizontal, quem vem de Golfeiras entende que o outro tem de parar, o outro diz que não porque não há sinalização vertical, fica entre o edifício Variante e as bombas de gasolina.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia.

O controlo de pragas é feito de duas formas, neste momento temos duas intervenções programadas em termos anuais, dependendo das alturas que são identificadas como as mais problemáticas, e depois a Câmara Municipal vai intervindo quando tem situações pontuais que vão sendo detetadas. Este ano, pelas características de humidade foi um ano bastante difícil, por essa razão tivemos bastantes intervenções e aquilo que sugerimos é que quando surgem essas situações nos façam chegar através das plataformas que a Câmara Municipal tem, para que a Técnica responsável vá fazer uma avaliação, para que possa haver uma intervenção.

Quanto à questão da limpeza da Ribeira, não é uma competência da Câmara Municipal, e mesmo a Câmara Municipal para intervir, além de não ter competência tem de fazer licenciamento, é muito difícil e complicado fazer qualquer coisa nas ribeiras. É algo que se está a discutir neste momento no âmbito das alterações de competências das Autarquias, mas neste momento existem muitas dificuldades nesta matéria.

Em relação à iniciativa que a Câmara Municipal teve na Festa, foi uma tentativa um pouco falhada, isto é, não resultou como nós gostaríamos, foi uma tentativa de diminuir o número de plástico que é lançado para o chão, há pessoas que aderiram, mas a globalidade das pessoas não aderiu, porque o chão continuava cheio de copos. É uma medida que tem características ambientais, mas também tem características técnicas, é preciso recordar que durante as Festas, todos os dias de manhã, quando os mirandenses acordam a cidade está impecavelmente limpa e isso implica um esforço muito grande da nossa estrutura de limpeza, se conseguíssemos diminuir o volume de material que é lançado para o chão seria muito interessante, sem contar a componente ambiental.

Vamos continuar a fazê-lo porque independentemente de não ter tido o sucesso desejado, se calhar há outras modalidades de o fazer, iremos fazê-lo em outras atividades, temos neste momento o objetivo de transformar os eventos em eventos ambientalmente sustentáveis, que não provoquem nenhum tipo de impacto ambiental, não é fácil, mas temos áreas em que isso já acontece, como por exemplo, os Passeios Pedestres.

Estamos também neste momento a reforçar a rede de ecopontos, vamos reforçar porque a Resíduos do Nordeste à qual a Câmara Municipal de Mirandela pertence, felizmente aprovou uma Candidatura na área da reciclagem e um dos elementos dessa Candidatura vai ser o reforço de rede de ecopontos. Também estamos a fazer algum trabalho ao nível do vidro e da restauração, junto a alguns restaurantes instalamos uns novos ecopontos, em que é colocado um contentor dentro dos restaurantes e cafés e o próprio ecoponto tem uma forma de o despejar automaticamente. Está a ser uma iniciativa de sucesso e por isso iremos reforçar essa rede.

Em relação às intervenções das Escolas, no início da negociação deste Quadro Comunitário foi transmitido a todos os Municípios do País, que não existiriam verbas para duas áreas, uma área seriam as Escolas e outra área seria a reabilitação de Estradas. As Escolas porque no Quadro Comunitário anterior, tinham sido gastos cerca de 1,6 mil milhões de euros em Escolas e a Comunidade

teria dito que não seria aplicado mais valor nenhum em escolas em Portugal porque já deveríamos ter feito as intervenções necessárias, nas estradas o argumento utilizado foi o mesmo. Acontece que durante a negociação do Pacto foi possível o Governo conseguir uma verba para o País de cerca de 540 milhões de euros, e essa verba foi dividida entre a região norte, centro e sul, as chamadas áreas de convergência, alguma verba foi dada também às áreas fora de convergência, nomeadamente, Vale do Tejo e Algarve e foi feita uma negociação no âmbito do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, que é negociado pelas Comunidades Intermunicipais, no nosso caso da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Nesse Pacto foram negociadas verbas, a negociação iniciou em 2014 e terminou no dia 05 de agosto de 2015, foram solicitadas verbas pelas entidades responsáveis pelas intervenções, no caso específico da Câmara Municipal de Mirandela, negociou as verbas necessárias para as intervenções no 1.º Ciclo que são as intervenções da sua responsabilidade e desde o primeiro momento exigiu que a Escola Secundária estivesse integrada nas verbas que tinham de ser aplicadas.

Foi isso que aconteceu, no Pacto Territorial que foi assinado, foram determinadas duas verbas, uma verba de 3,450 milhões de euros para a rede do 1.º Ciclo a ser executada pela Câmara Municipal e uma verba de cerca de 2,4 milhões de euros, a ser executada pela Parque Escolar na Escola Secundária de Mirandela.

E foi assim, porque na altura a DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, entidade responsável pela gestão do património do Estado, determinou que essa intervenção deveria ser feita pelo Parque Escolar. Isto significa verbas no Pacto para Mirandela, 3,450 milhões de euros para o 1.º Ciclo, responsabilidade de intervenção da Câmara Municipal e 2,4 milhões de euros de intervenção do Parque Escolar na Escola Secundária de Mirandela. Em função disso, e tendo em conta aquilo que era a negociação das redes, a Câmara Municipal de Mirandela já tinha afirmado publicamente que não iria apostar na construção de um centro único em Mirandela, foi desenvolvido um processo de licenciamento junto da DGEstE, o modelo que desejávamos para o 1.º Ciclo e esse modelo foi basicamente a criação de três novas unidades, a reabilitação de Escola do Convento, a reabilitação/expansão da Escola do Fomento e a criação de um novo Polo na Escola Luciano Cordeiro. As três intervenções que estão neste momento a ser projetadas são obras feitas com o desenho de arquitetos locais e que julgo que vão valorizar Mirandela.

O ponto de situação é que está aberto um Aviso, a Câmara Municipal de Mirandela concorreu a esses Avisos, que são a forma de contratualizar a entrega do dinheiro, ao Aviso do mês de junho apresentamos duas Candidaturas, a Escola Luciano Cordeiro e a Escola Básica n.º 3 e vamos apresentar no dia 31 de outubro, a Candidatura da Escola do Fomento, para que isto funcione de forma contínua em termos de intervenções.

Entretanto no início do ano, tive a oportunidade em conjunto com os meus colegas da CIM-TTM, principalmente os colegas que tinham intervenções determinadas pela Parque Escolar, de realizar uma reunião com a Parque Escolar para sabermos o ponto de situação das intervenções. Nessa reunião foi-nos transmitido que a Parque Escolar iria realizar as obras na Escola Secundária, que já estavam a ser desenvolvidos procedimentos para isso acontecer e até solicitaram a colaboração da Câmara Municipal para participar e auxiliar e assim aconteceu, alguns dias depois da reunião que tivemos com o Parque Escolar, deslocou-se a Mirandela uma equipa da parque escolar e solicitou informações à Câmara Municipal e ao Agrupamento. Depois disto ficamos descansados, pensando que ia decorrer uma intervenção na Escola Secundária de Mirandela, dentro de um calendário aceitável,

Contactando a Parque Escolar de forma sucessiva, fomos informados que havia uma suspensão da iniciativa da Parque Escolar realizar essa intervenção na Escola Secundária de Mirandela. Foi uma preocupação muito grande e a CIM-TTM marcou uma reunião com aqueles que estavam afetos a essa situação, marcou uma reunião com a Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de verificar como é que se iria resolver esta situação. A única forma de resolver a situação, teve o primeiro ato formal no dia 27 de setembro, nos 3,450 milhões de euros, a Câmara Municipal paga os 15 % da execução da obra, tal e qual como paga em todas as outras obras, paga os 15 % correspondente às obras que vai realizar, está no Orçamento, e foi assim que foi contratualizado. A Escola Secundária é uma escola do Estado, e é ao Estado que lhe compete pagar as intervenções na Escola Secundária, no entanto, não foi perante essa situação que fomos colocados, aquilo que nos foi proposto foi que se as Câmaras Municipais queriam realizar as intervenções teriam de pagar metade dos 15 %, ou seja, teriam de pagar 7,5 %. O que fomos confrontados foi que se quiséssemos fazer as obras, tínhamos de aceitar este compromisso, aceitamos o contrato e a responsabilidade de fazer as intervenções na Escola Secundária e nesse sentido, nesse imediato momento ficou estabelecido um acordo verbal de que a Câmara iria assumir os 7,5 % e que o Governo iria assumir os restantes 7,5 %.

Já depois dessa reunião, iniciamos um processo de elaboração do projeto de intervenção na Escola Secundária de Mirandela. É o nosso objetivo no dia 31 termos a Candidatura pronta, apresentarmos a Candidatura, abrimos o concurso e esperamos que seja possível termos uma intervenção na Escola Secundária de Mirandela no início do ano de 2017. Na nossa opinião este valor não é suficiente, o acordo assinado com a Senhora Secretária de Estado da Educação, manifesta a primeira fase de intervenção na Escola Secundária e que garante que na reformulação do Quadro Comunitário, seja reforçada a verba para a Escola Secundária de Mirandela, principalmente para a áreas que não vão ficar cobertas nesta intervenção.

Em relação ao que foi dito pelo Membro *Paulo Pinto*, para além das atividades que teve a oportunidade de referir, nós vamos tendo evoluções bastante fortes na mobilidade, porque também no âmbito do PEDU – Plano Estratégico para o Desenvolvimento Urbano, apenas temos uma verba de 6,5 milhões de euros para a área da mobilidade, por isso estamos com alguma esperança que seja possível transportar parte dessa verba para a reabilitação, e isso vai-se traduzir a curto prazo num verdadeiro projeto.

A mobilidade neste momento vai no sentido da mobilidade diária quotidiana, não de lazer e é necessário separar uma coisa da outra, isto é, o que é lazer da efetiva mobilidade sendo ela ciclável ou outra, mas esperemos que isso aconteça.

Em relação à solicitação do Membro *Carlos Fraga*, acho que todos nós este ano ficámos bastante satisfeitos com a iluminação, era uma iluminação bonita, principalmente a da Ponte Velha e por isso a mim resta-me dar os parabéns à Confraria Nossa Senhora do Amparo, não só pela festa que tivemos, foi uma festa bastante brilhante, participada, animada, mas também foi uma festa bonita pelas suas diversas atividade e realmente a Ponte Velha estava tão bonita, que de forma solidária decidimos que convinha mantê-la mais uns dias bonita, nem que fosse para prolongarmos os nossos dias de festa quando olhávamos para ela e nos recordarmos que tão bem que passamos aqueles dias de festa. O mérito é da Confraria, por ter encontrado aquela solução e ela ter dignificado Mirandela.



Em relação ao cruzamento que falou o Membro David Garrido, neste momento iniciamos a empreitada de pinturas verticais e não verticais e vou solicitar aos serviços que tenham alguma especial atenção nesse cruzamento.

4.2 – Memorando de Entendimento - Agregação dos Sistemas de Água e Saneamento.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Bom dia, Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Deputados e Presidentes de Junta e demais pessoas aqui presentes.

Faço minhas e da bancada do CDS/PP as palavras que já foram aqui enunciadas e os desejos de uma rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Assembleia e naturalmente estamos todos solidários com a sua recuperação.

Relativamente a este assunto, queria perguntar à Mesa se isto é apenas para apreciação? Não há votação?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Não existe votação.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno de Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e demais pessoas aqui presentes, muito Bom Dia.

A Bancada do CDS deseja as rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Mesa, antes de mais queria perguntar à Mesa se este documento é para apreciação e não votação, a Mesa confirmou que este Ponto é só para apreciação. O que eu solicitava também é que eu recebi esta documentação e queria saber se existe algum relatório técnico, económico-financeiro, ou outro, que de alguma forma sustenta este Memorando? A não ser que tenha sido enviado eletronicamente, mas eu não tenho em formato impresso essa informação, porque apesar dos Presidentes dos Órgãos Executivos terem legitimidade, no âmbito das CIM's, para tomar algumas decisões e assumiram este Memorando de Entendimento, numa perspetiva de implementar um modelo de gestão intermunicipal, naturalmente que cabe-nos a nós Membros da Assembleia, e até do restante Executivo, avaliar.

Eu acho que apesar de vocês terem essa legitimidade, acho que politicamente e até democraticamente deveria ter sido ao contrário o processo, ou seja, ter havido uma discussão interna e depois ir representar efetivamente a posição do Município, seja pelo menos ao nível do Executivo na CIM-TTM, porque dá a sensação que isto foi uma decisão unilateral, o Presidente da Câmara decidiu e todos nós vamos de alguma forma a “reboque”, se calhar teria sido melhor noutros moldes.

Independentemente dessa questão, eu gostaria de alguma forma ter acesso a esse relatório técnico, para poder emitir uma opinião mais fundamentada do que aquilo que nos é fornecido nestas três ou quatro páginas.

Também gostava de saber qual vai ser a posição das Juntas de Freguesia, que neste momento gerem o sistema de abastecimento de água e saneamento para os seus habitantes. Como é que eles vão ser enquadrados neste novo modelo?

E naturalmente também saber, não sei se o estudo contempla isso, quais foram as intervenções que a Câmara fez nessas mesmas Freguesias e em outras, no que concerne à reparação de redes de abastecimento de água, não sei se são em alta ou se são em baixa, mas as redes estruturantes para as localidades, bem como saneamento. Que tipo de investimentos é que o Município fez nessas Freguesias? Obviamente se há Freguesias que fazem a gestão destas redes, nós não queremos, de alguma forma outros municípios noutras Freguesias, porque não têm esse sistema de gestão, possam sair penalizados, se entretanto a Câmara também andou a fazer intervenções nessas Freguesias. Espero que isto esteja no relatório, julgo eu que este assunto virá outra vez à Assembleia para discussão.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, sobre este Ponto, quero informar a Assembleia que ele já foi discutido numa Assembleia da CIM-TTM, da qual eu faço parte, o Deputado Nuno de Sousa e o Deputado José António, e chegou-se a uma conclusão muito simples, nos nove Municípios há uma perda de água na casa dos 60 %, é muita água que se perde e que para a modernização e reabilitação dessas infraestruturas e equipamentos associados aos nove Municípios, há um estudo em que prevê um investimento à volta de 18 milhões de euros.

Nessa reunião da CIM-TTM, para que os nove Municípios, cada um fizesse um trabalho muitas vezes diferente do trabalho do “vizinho”, então chegámos a uma conclusão de que a agregação destes sistemas de fornecimento de água para consumo público e saneamento que gerem, que fosse feito um Memorando e gerido pela CIM-TTM.

Este Memorando constitui um documento onde estabelece os principais princípios, mas desde já digo que não é vinculativo, ele vai ser continuado e trabalhado na CIM-TTM e nas respetivas Assembleias Municipais e depois será votado.

A maioria dos elementos que constituem a CIM-TTM, concordaram que realmente seja a CIM-TTM a gerir estes sistemas, em conjunto torna-se mais fácil, torna-se mais barato e depois não temos o problema de no concelho de Mirandela termos um preço, no concelho de Macedo de Cavaleiros termos outro preço.

A informação que vos dou é que a maioria dos membros da CIM-TTM, concordam com este Memorando.

Há pouco, na Informação do Presidente esperava que alguém falasse, mas falaram em festas e foguetes e esqueceram-se de falar em duas coisas importantes, uma delas foi a inauguração do Posto Territorial da G.N.R. em Torre de Dona Chama, no valor de 400 mil euros, e esta obra deve-se exclusivamente à persistência do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Junta de Torre de Dona Chama, perante o Ministério da Administração Interna, é de louvar, eles não tinham condições na Torre de Dona Chama e agora têm umas instalações condignas.

O que ninguém falou, foi uma obra importante, que foi a inauguração do restauro da Igreja da Misericórdia, este restauro foi muito complicado, só quem está dentro do assunto e pertencia aos Corpos Sociais, houve ali muita complicação com o Ministério da Cultura, com o IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, porque são realmente restauros

complicados para serem feitos. Mas eles foram feitos numa parceria para a Regeneração Urbana do Tua Mirandela, em que entrou no Programa “Eixo Tua Mirandela – Mirandela Criativa”, com um valor de 273 mil euros, em que a Câmara assumiu ainda a componente não financiada desta intervenção, através da atribuição de um subsídio e também para outras intervenções da Santa Casa da Misericórdia de 232 mil euros.

Como verificamos a Câmara Municipal continua a investir, ao contrário do que algumas pessoas pensam.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhores Vereadores, permitam-me que eu vos transmita a minha perplexidade, pelo facto de ficar a saber que as perdas de água do sistema são de 60 %, é de arrearçar, 60 %, isso conduz-nos para uma exigência enorme de intervenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à apreciação desta Informação e aqui onde refere, “principais conclusões do estudo de viabilidade económico-financeira”, “modelo de gestão atual” e mais abaixo diz, “estima-se que a eventual proposta de equilíbrio tarifário, faseada a cinco anos, quer no modelo de gestão direta, quer no modelo de gestão delegada, a título individual, implicaria em aumentos tarifários médios anuais muito superiores a 20 %”, a pergunta que eu faço é: Quanto é que será com o novo modelo? Mais ou menos? E isto porque, “destaca-se neste domínio a aplicação de uma estrutura tarifária única e universal para os nove Municípios, tendo por base a tarifa média atual praticada nestes Municípios, bem como a trajetória comportável alinhada com o tarifário médio praticado ao nível nacional e consentânea com as recomendações da ERSAR, com vista a assegurar a viabilidade e sustentabilidade financeira do sistema intermunicipal.”

Nada garante, pelo menos na informação que nos foi dada, de que o aumento da água não será efetivo.

No quadro, em que a fusão dos sistemas de captação em alta foi revertida por este Governo, importante “machadada” no processo de privatização da água que Governos anteriores sempre preconizaram, rejeitando liminarmente qualquer iniciativa que vise prosseguir esse objetivo de transformar um bem público, num negócio altamente rentável para alguns, sabiam isto, estava tudo encaminhado para que fosse privatizada e não quer dizer que com esta história isto não caminha, porque são muitos os exemplos de serviços públicos privatizados ou concessionados a privados, que viram a qualidade do serviço prestado às populações degradar-se, ao mesmo tempo que os custos aumentaram para as populações e os lucros aumentaram para as empresas privadas, a Resíduos do Nordeste não é exceção, bem patente na degradação do serviço de recolha de tratamento de resíduos sólidos concessionados à FOCSA - Serviço de Saneamento Urbano de Portugal S. A., nos concelhos de Torre de Moncorvo e Mogadouro, sabemos como é que aquilo aconteceu.

O que este conjunto de Municípios pretende, e esta Proposta consubstancia, é reconstruir o processo de privatização de serviços essenciais à população, a ser preconizados pressupostos, em que assentava o objetivo de privatização da empresa Águas de Portugal, em vez de aproveitar esta oportunidade de reversão, para devolver aos Municípios todo o sistema de captação que antes o forneceu à Águas de Trás-os-Montes.

O que se impõe é o retrocesso no processo de privatização da água e a desagregação dos sistemas multimunicipais, devolvendo aquilo que foi “roubado” ao munícipe o direito à sua água, como humano que é. Que verticalize todo o sistema, desde a captação em alta até à distribuição em baixa, com a gestão assegurada por cada Município, independentemente da necessidade de protocolos de cooperação, quando assim tiver de acontecer.

Aquilo que nós entendemos é que a CIM-TTM, não sendo um Órgão eleito, embora tenha a sua representatividade e a sua legitimidade, mas não é “nós defendemos a regionalização” e esta história da CIM-TTM que vai gerir esta história toda, entendemos que não é o melhor processo.

----- **O Senhor Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Bom dia minhas Senhoras e meus Senhores. Senhor Presidente.

Também me congratulo, conforme a Bancada já exprimiu essa manifestação pela sua presença aqui.

Julgo que este assunto, muito embora não seja para votação, é para tomar conhecimento, é de extrema importância, na medida em que se os dados forem esses não há dúvida nenhuma, um prejuízo financeiro a 30 anos, na ordem dos 141 milhões de euros, é qualquer coisa que nos deve preocupar a todos atempadamente.

Não sei se a intenção é a integração, é um pouco confuso e como os SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, foram integrados na gestão da Câmara Municipal e este figurino parece-me também querer dizer que integração dos SMAS dos nove Municípios. Isto parecia-me até correto, na medida em que por exemplo, uma experiência que eu tenho conhecimento e que vivo, Oeiras e Amadora, muito embora se tivessem separado e criado dois Municípios diferentes, a verdade é que os SMAS continuam integrados, não vejo com dificuldade de que os próprios SMAS destes nove Municípios se venham e integrar.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia.

Foi aqui dito uma coisa que não corresponde à verdade, o que o Senhor David Garrido se referiu sobre a responsabilidade da Resíduos do Nordeste em Torre de Moncorvo e em Mogadouro não é verdade, porque o contrato de Torre de Moncorvo e Mogadouro é feito pela Associação de Municípios Douro Superior e não é gerido pela Resíduos do Nordeste. É necessário ver que a Resíduos do Nordeste sendo uma empresa que hoje em dia está totalmente verticalizada em Mirandela, não está totalmente verticalizada em Mogadouro ou em Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta, porque o Douro Superior continua a ter o contrato, aliás, se não estou em erro abriu agora concurso ou está em fase de adjudicação do concurso.

Aquilo que a Resíduos do Nordeste faz é dar apoio técnico, receber o material que recolhem e transportá-lo para o aterro e eles pagam por depositar no aterro. A Associação de Municípios Douro Superior continua a ser uma Associação de Municípios acionista da Resíduos do Nordeste, enquanto todos os outros Municípios passaram a ser acionistas diretos, porque até agora eramos acionistas através das nossas Associações de Municípios, por isso, os problemas que existiram em Mogadouro e Torre de Moncorvo, são da Associação de Municípios do Douro Superior e a Resíduos do Nordeste teve um papel em auxiliar.

A em relação a este assunto, não há nada que vincule a Câmara Municipal, nem obrigue a Câmara Municipal a trazer aqui este Memorando de Entendimento, porque este Memorando é um conjunto de intenções e vontades de um conjunto de Municípios, em criar uma estrutura de gestão da água.

Em relação à alta, a cisão que ocorreu neste momento não repõe nada, a cisão que aconteceu neste momento apenas prejudica os Municípios do interior, ao separar as Águas Douro e Paiva e ao separar a SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S. A., que são os Municípios do Douro, os Municípios densamente populacionais, que são aqueles que tinham os sistemas naturalmente mais sustentáveis, vão mais uma vez ficar com um negócio bom e nós vamos assistir à subida das tarifas em alta na nossa região. Por isso, quando estamos a falar de alta, o processo de cisão que está em curso vai prejudicar principalmente as zonas de baixa densidade populacional.

Se eles se podem separar, porque é que nós não podemos? Se a região do Porto em saneamento e em água pode fazer uma cisão das Águas do Norte, porque é que eu, membro de um subsistema chamado Águas de Trás-os-Montes no passado, ou de outro subsistema qualquer, não me posso também separar do sistema e ser-me devolvida a gestão em alta ao meu sistema.

Vamos separar o que é hoje alta do que é baixa, a alta, fruto de tudo que sabemos, tenho a legitimidade de nesta Assembleia ter votado contra a adesão de Mirandela às Águas de Trás-os-Montes, era Membro desta Assembleia, era Membro do partido que na altura liderava esta Câmara Municipal, eu e outra Presidente de Junta na altura, a Membro *Manuela Gândara*, votamos contra a adesão ao sistema, com uma Declaração de Voto, dizendo que não colocávamos em causa a continuidade, mas achávamos que o sistema a longo prazo ia ser prejudicial e verificou-se que era.

Os sistemas em alta têm tido problemas enormes, mas o principal problema do sistema em alta era um muito simples, como é que era possível pagar água em Mirandela a 0,69 €/m³ em alta e no Porto pagar-se água a 0,51 €/m³, a fusão das Águas efetuada em julho do ano passado, no dia 01 de julho a Câmara Municipal de Mirandela passou a pagar a água a 0,51 €/m³, no dia da fusão, no dia em que foi implementada a empresa, o tarifário foi aprovado na primeira Assembleia, na constituição da empresa. E até hoje o tarifário que está a ser praticado é exatamente esse tarifário, com a diferença de que foi feito um ajuste no início do ano, que é obrigatório por Lei, que tem a ver com a inflação.

Ontem o Senhor Ministro do Ambiente teve a oportunidade de dizer que garantia a tarifa, mas a garantia da tarifa é feita através da TRH - Taxa de Recursos Hídricos, que é uma taxa que nós já pagamos na nossa fatura e que a Câmara Municipal devolve à APA - Agência Portuguesa do Ambiente, todos os meses quando a cobra, o que significa que a harmonização tarifária vai ser feita com o aumento do imposto direto ao consumidor, vai ser feito diretamente através da TRH.

O problema é que a TRH a partir do momento em que for feita esta cisão, vai ser aumentada para compensar os 0,51 €/m³ que nós não podemos pagar, por isso cuidado quando estamos a falar de alta e quando estamos a falar de baixa.

Em relação à baixa, eu trouxe este assunto porque acho que é efetivamente um assunto que tem de ser debatido na Assembleia, temos de o começar a debater, concordo com o que disse o Arq.º Nuno de Sousa quando refere que a legitimidade disto é muito relativa, foi realizado em EVEF - Estudo de Viabilidade Económico-financeiro, quem fez esse EVEF não foi a CIM-TTM, quem fez esse EVEF foi a Resíduos do Nordeste e o que está previsto é que exista gestão delegada na Resíduos do Nordeste, isto é, que a entidade gestora deste projeto, a ocorrer seja a Resíduos do Nordeste e o que é que nós conseguimos já com isto? Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta já aderiram a este princípio, isto é, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta, atenção que Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta não pertence à CIM-TTM e já levaram este Memorando às suas Assembleias também para debate e conhecimento.

Eu não vou dizer que sou a favor ou contra um modelo que neste momento ninguém sabe qual é que é, o que eu posso dizer é que o modelo da Resíduos do Nordeste é um bom modelo, é um modelo que tem garantido a sustentabilidade do sistema e é um sistema exemplar em termos nacionais e que tem permitido poucas subidas de tarifa em alta, mas a ideia que a CIM-TTM tem é efetivamente encontrar um modelo de gestão conjunta para baixar os custos. Quanto às perdas elas não são de 60 %, as perdas médias são de 60 %, há sistemas que têm perdas médias acima dos 70 % a 80 %.

Fruto de várias reuniões com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, alguém que conhece muito bem o sistema, foi sugerido aos Municípios que trabalhassem em conjunto e que começassem a procurar modelos para se associarem, nomeadamente na área da baixa, qual é a vantagem que isto nos pode trazer?

Desde logo um ponto, os financiamentos comunitários estão muito limitados em termos de apoio aquilo que são os Municípios de forma individual, isto é, o modelo de financiamento que neste momento existe pressupõe que tem de haver escala e tem de haver verticalização, se os Municípios isolados quiserem concorrer não será fácil, desde logo a grande vantagem de haver este Memorando e daí a pressa de ele ter sido constituído e daí a pressa de ele aparecer aqui já depois de estar pronto, começa por aí, estão a ser abertos Avisos neste momento, Avisos para Fundos Comunitários e o objetivo é que as Câmaras possam concorrer de forma agregada, neste momento a nossa Comunidade negocia a abertura de um Aviso só para isto, se nós conseguirmos esta vitória, este Memorando já valeu a pena ele aparecer.

Este assunto da água tem de ser muito bem debatido porque são aqui levantadas questões pelo Arq.º *Nuno de Sousa* e muito bem, começa desde logo pelo facto de nós não termos um sistema total, no nosso concelho ainda temos Freguesias que são elas que gerem a sua própria água e se formos multiplicar isto por toda a região, temos por exemplo que Mirandela pertence ao sistema em alta, mas Miranda do Douro não pertence ao sistema em alta, Vimioso não pertence ao sistema em alta, há quem esteja metade em alta e metade em baixa, o que significa que há um conjunto de circunstâncias que é necessário analisar.

O enviar à Assembleia estes documentos, é a perspetiva de começarmos a debater este assunto e fica aqui a minha sugestão, de forma formal ou informal, tendo em conta que o negócio da água é hoje em dia o negócio mais importante, principalmente nos

nossos territórios, eu acho que vale a pena debater este assunto de forma estruturada, tendo em conta as diversas circunstâncias, trazendo as pessoas que conceberam o EVEF para nos explicarem de forma mais concreta, o EVEF em si pressupõe critérios naturalmente de estabilidade da tarifa, este processo é um processo que começa agora e é um processo que tem de ser muito bem debatido porque está em causa a sustentabilidade do sistema, Portugal tem 300 milhões de euros de Fundos Comunitários para esta área, o que significa que se as Águas de Portugal “levantarem um dedo” o dinheiro vai todo para eles, porque são os sistemas mais verticalizados, porque têm alta, baixa e média e o dinheiro vai todo para eles e se nós não nos unirmos e tivermos sistemas, nem que sejam politicamente fortes só pela união dos Municípios.

É preciso refletir muito sobre estas questões porque, nomeadamente, a cisão em alta se nos fosse permitida, representava para a região cerca de 450 milhões de euros de ativos, o que faria com que transformasse isto numa empresa com dimensão, com escala e com capacidade de poder gerir isto de uma forma completamente diferente.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno de Sousa (CDS/PP) disse:**

Eu já consultei os documentos e de facto só constam as Conclusões sobre o Memorando, se fosse possível agradecia que o fizessem chegar, e na sequência da sua intervenção também queria fazer a seguinte questão: O modelo que se preconiza será que esta gestão da água seja feita pela Resíduos do Nordeste, conjuntamente com a questão dos resíduos?

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

A Resíduos do Nordeste já fez uma alteração estatutária para poder gerir a área das águas.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno de Sousa (CDS/PP) disse:**

É de alguma forma um facto consumado.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia.

Neste momento a Resíduos do Nordeste não tem tido, porque não havia o enquadramento legal, uma gestão delegada, aquilo que a Resíduos do Nordeste vai fazer assumindo este processo é ter a gestão delegada dos Municípios da atividade neles, será uma gestão delegada.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.3 – Decisão de Contratar: Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Polo Escolar EB1 de Mirandela - Escola Básica Luciano Cordeiro.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 25 de julho de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar:

- 1 – A abertura do Concurso Público que visa a realização da empreitada designada por “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Polo Escolar EB1 de Mirandela - Escola Básica Luciano Cordeiro”;**
- 2 - As peças procedimentais;**
- 3 – O preço base no valor de 862.000,00€ (oitocentos e sessenta e dois mil euros), acrescido de IVA à taxa em vigor;**
- 4 – O prazo de execução de 360 (trezentos e sessenta) dias;**
- 5 – A constituição do júri referida na Informação Técnica;**
- 6 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Em relação a este assunto, a Mesa detetou aqui uma falha no caderno de encargos e eu ia pedir ao Senhor Presidente se quer fazer alguma referência e explicar o que se passou referente a este assunto.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, há aqui um erro que foi detetado no Caderno de Encargos, em que a localização das duas intervenções é na Torre de Dona Chama e não em Mirandela. Esta linha do capítulo 1.º do Caderno de Encargos irá ser alterada e as localizações serão devidamente corrigidas, isto acontece nos dois próximos documentos.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu aproveitando este Ponto, queria perguntar, se é que foi adquirido, falou-se na altura, um terreno para a construção do Centro Escolar junto à Reginorde? Se a Câmara adquiriu, uma vez que não foi feito em lado nenhum, se esse terreno ainda existe e pertence à Câmara? E outra coisa que perguntava, é que esta história das localizações das Escolas, a Escola n.º 3, a Escola n.º 5 e outras, eu fui ao site da Câmara e não consigo localizá-las, eu não sei onde é a Escola Básica n.º 3.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno de Sousa (CDS/PP) disse:**



Eu compreendo a preocupação do Senhor *David Garrido*, mas isto tem a ver com os nomes que estão indicados no Reordenamento Escolar, são identificadas com números.

Sobre este assunto e na sequência também daquilo que já foi referido, naturalmente todo este processo de Centros Escolares ou de Reorganização do 1.º Ciclo, começou de alguma forma com uma Carta Educativa em 2006, onde estava naturalmente prevista, primeiro uma fase com Escolas de Acolhimento durante o período de dois anos e previa-se a construção de, se não estou em erro, era o Centro Escolar na Torre de Dona Chama, que praticamente não iria sofrer grandes alterações, um nos Avidagos ou Pereira, um em Mirandela e outro em Carvalhais. Obviamente que depois no andamento disto tudo e nos anteriores mandatos, a estratégia para Mirandela era a construção e daí a compra do tal terreno e até um concurso de ideias, a construção de um Mega Centro Escolar.

Volvidos estes dez anos em relação à Carta Educativa, mas menos em relação à decisão de abertura do Centro Escolar de Mirandela, a Câmara tomou e na minha opinião muito bem e nisso tenho de felicitar o esforço do Senhor Presidente da Câmara e até da Senhora Vereadora, que também esteve envolvida neste processo e naturalmente eu aqui não quero de alguma forma ultrapassar as minhas competências de Membro da Assembleia, porque não me compete a mim, porque a minha presença foi noutra figura nessas reuniões, mas de facto tomo como uma posição diferente em relação ao passado e muito positiva, independentemente dos condicionalismos financeiros que a Câmara tem atualmente e até o País em geral, foi o desaire da Parque Escolar, mas de facto houve aqui uma decisão política muito acertada, no que concerne à requalificação das Escolas n.º 3 e n.º 5, ou seja, a Escola do Convento e a Escola do Fomento, requalificando-as, dando-lhes outra dimensão, outra escala, para absorver todos os alunos do 1.º Ciclo, juntamente com o bloco de salas de aula a construir na Escola Luciano Cordeiro, com o propósito de receber todos os alunos do 1.º Ciclo do concelho, à exceção dos alunos de Torre de Dona Chama.

Houve de facto um esforço político, houve de facto um esforço técnico e tem existindo ainda esse esforço técnico, não só da minha parte enquanto autor e da qual eu me sinto muito orgulhoso em dar essa contribuição enquanto Técnico, mas também obviamente dos Técnicos da Associação Nacional de Municípios da Terra Quente que em parceria têm trabalhado com a Câmara e de facto acho que foi uma excelente parceria porque a Oposição não é só para criticar e fiscalizar, a Oposição também na altura certa deve saber valorizar aquilo que são decisões corretas, no meu entender, sempre defendi, mesmo quando estive na vereação da Câmara Municipal, que o 1.º Ciclo devia passar por uma escala de Escolas com uma dimensão menor, fisicamente menos, do que Mega Centros Escolares onde estariam um milhar de alunos ali quase que sem nexos, não faz sentido até do ponto de vista da qualidade de ensino, seria muito difícil gerir esse património, essas intervenções com essa escala.

Até porque os normativos para a criação dos Centros Escolares, apontam efetivamente para não terem mais do que 200 a 300 alunos, terem 1.000 alunos num edifício com aquelas idades é algo que não concordo, não funciona. Era uma medida economicista e se calhar para os empreiteiros e os gabinetes ganharem mais dinheiro provavelmente, na elaboração dos projetos.

Esses normativos também apontavam para a inclusão dessas Escolas se fossem novas, em áreas urbanas já consolidadas, ou seja, zonas residenciais já consolidadas, como também apontavam para a requalificação de Escolas que tivessem as condições para esse efeito e naturalmente os modelos P3, tecnicamente têm essas condições, melhores que as escolas centenárias que estamos habituados a ver, que obedecem a um padrão e a uma disposição arquitetónica diferente daquelas que representaram também uma época de ensino, que hoje já é completamente diferente.

As Escolas E3 foi uma boa posição por parte do Município em fazer essa recuperação e naturalmente também é com bons olhos que eu vejo que estamos a aceitar uma atitude mais pragmática relativamente aos investimentos, ou seja, estamos a deixar de ter estas ideias de escala e de grandeza relativamente a investimentos megalómanos.

Relativamente a isto, acho que foi muito bem.

Tenho aqui duas perguntas, uma já foi feita aqui, que é sobre o futuro do terreno e esta já é uma pergunta dirigida ao Senhor Presidente, se tivesse disponibilidade financeira completa, isto é, não tivéssemos um Plano de Saneamento Financeiro, nem estes constrangimentos, o que eu gostaria de saber era se a Câmara iria manter esta estratégia, de requalificação das três Escolas ou se iria optar pela anterior, manter a anterior? Qual era a sua perspetiva, não havendo estes constrangimentos que o País atravessa?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

Congratulo-me com tudo isto que o Senhor Presidente apresentou, não se faz obras “faraónicas”, como no tempo do Parque Escolar, eu andei com a equipa de Arquitetos que pertencia, que era um Comendador, que foi o projetista, foi o Arquiteto da obra “faraónica” que se fez para a Escola Secundária, eu acompanhei o projeto desde princípio e realmente era um projeto que merecia todas as “honras” e toda a dignidade para a cidade de Mirandela, mas o projeto custaria à volta de 14 milhões de euros, lá está a obra “faraónica” do antigo Governo *Sócrates*, que nos levou ao pântano e que nos criou estas situações de não empreendedorismo, eu também sou empreendedor, mas isso é uma retórica que as pessoas podem vir aqui a este palanque e falar sobre isso, quem é e quem não é e basta ser aquilo que é.

E a obra só não foi a concurso por causa de um Senhor, se calhar também, os Senhores Deputados do PS saberão. Eu sei quem foi esse Senhor, porque a obra estava adjudicada ao Grupo Santana, que fez o Hospital, e que a Mote-Engil queria fazer a obra e houve um Senhor que disse que a obra não podia ir para a Santana, mas que tinha de ir para a Mota-Engil, lá estão os parceiros do PS e vem-me aqui com todo o folclore, falar em empreendedorismo, ora rico empreendedorismo esse! É o empreendedorismo criativo e de certa maneira com uma afinidade à terra local. De certeza que o Senhor empresário não passa os dias aqui em Mirandela, é um empresário, é um empreendedor, vai para o Brasil, vai para a Alemanha.

----- **O Senhor Presidente da Mesa José Manuel Pavão,** teve de chamar à atenção do Senhor Deputado *Carlos Fraga* que não pode estar a interromper o Senhor Deputado *António Figueiredo* que está no uso da palavra no púlpito e faça o favor de se sentar. Se quiser faz o pedido à Mesa nos termos do Regimento, pois o Senhor Deputado Figueiredo está no uso da palavra, faça o favor de respeitar o Regimento e esta Assembleia, pois não pode estar a interromper o Senhor Deputado e faça o favor de se sentar.

Pede o uso da palavra e não pode continuar a interromper quem está no uso da palavra, peço-lhe novamente para se sentar. Pois agora já está novamente a não respeitar este Regimento, pois não esperava isto do Senhor Deputado Carlos Fraga de virar as costas à Mesa que representa esta Assembleia, nós registamos este comportamento inapropriado e inaceitável da sua parte.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) pode continuar a fazer uso da palavra.**

Vou terminar brevemente, pois parece que incomodo muita gente, desculpem mas eu sou assim, aquilo que o PS tem feito, o Estado está condenado pelo Tribunal a pagar 150 milhões de euros pelo TGV, mais uma obra “faraónica” do Sócrates, eu cumprimento aqui o Senhor Presidente da Câmara pela sua robustez programática e de sensibilização para aquilo que fez em relação ao Polo da Escola, aos Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial para a Escola Secundária, é pouco dinheiro, é realmente pouquíssimo dinheiro, não se vai lá praticamente fazer nada, mas pelo menos fica uma Escola lavada, uma Escola com alguma performance, dou os meus parabéns à Câmara Municipal por insistir e concordo plenamente com aquilo que o Senhor Presidente disse aqui.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia.

O valor que foi atribuído à Câmara não foi atribuído segundo um modelo, isto é, o valor foi negociado dentro das verbas que existiam, que estavam disponíveis e que conseguimos captar e depois o modelo teve de ser negociado com a DGEstE, porque a DGEstE ainda hoje defende que o melhor modelo para Mirandela era um Centro Escolar único.

A questão da alteração de estratégia, vêm basicamente desde o início deste mandato e também em alinhamento com a atual Diretor do Agrupamento, porque também ele tem essa visão de reordenamento de rede, foi objeto de algumas conversas, naturalmente a Câmara Municipal pode ter uma ideia do ponto de vista técnico, mas a nível pedagógico compete ao Agrupamento e à gestão do Agrupamento, houve uma negociação que não foi fácil, porque a minha ideia é que o Senhor Delegado atual da DGEstE não era adepto dessa modalidade, o anterior era, a solução do Polo da Escola Luciano Cordeiro foi negociada com o anterior Delegado da DGEstE, mas eu acho que estamos em alinhamento de opinião, na questão da mobilidade, que era brutal em relação ao terreno, o terreno é um bom terreno, mas a questão da mobilidade em si, um Centro para 1.000 crianças naquela localização era brutal, a questão social, a Escola é um elemento de dinâmica urbana social que é muito importante e também tem a ver um pouco com aquilo que nós pretendemos das Escolas, tendo em conta a dimensão da Escola, nem pequena demais, nem grande demais, a tal recomendação que existe, curiosamente acho que a DGEstE tem uma recomendação, mas que nunca utilizou nos últimos anos porque faziam os grandes Centros Escolares onde concentravam os alunos.

Houve uma evolução do ponto de vista da rede, essa evolução foi naturalmente uma evolução política, que surgiu durante este mandato, também em alinhamento com a Senhora Vereadora, porque também ela participou neste processo, foi negociada, mas como digo a verba podia ser utilizada num único Centro e também houve a questão da avaliação da capacidade que tínhamos de saber se podíamos ou não podíamos fazer naquele espaço algo de qualidade, e isso também é muito importante.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Decisão de Contratar: Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Polo Escolar EB1 de Mirandela - Escola Básica Luciano Cordeiro, conforme proposto.

4.4 – Decisão de Contratar: Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Reabilitação do Parque Escolar de Mirandela - Escola Básica n.º 3.

----- Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 25 de julho de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar:

- 1 – A abertura do Concurso Público que visa a realização da empreitada designada por “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Reabilitação do Parque Escolar de Mirandela - Escola Básica n.º 3”;**
- 2 - As peças procedimentais;**
- 3 – O preço base no valor de 1.333.000,00€ (um milhão trezentos e trinta e três mil euros), acrescido de IVA à taxa em vigor;**
- 4 – O prazo de execução de 360 (trezentos e sessenta) dias;**
- 5 – A constituição do júri referida na Informação Técnica;**
- 6 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **Por falha técnica do som, da qual esta Assembleia é alheia, não se pode dar por reproduzidas as intervenções dos Senhores Deputados, ficando apenas transcritas as declarações escritas que foram entregues à Mesa.**

Quanto à deliberação, ela foi feita com base nos apontamentos da Mesa, apontamentos esses que a Mesa disponibiliza de imediato para serem feitas as Certidões, ou seja, para posteriormente serem entregues nos respetivos Serviços, e a sua publicação em Edital, no site do Município e para os pontos nelas transcritas terem o devido seguimento tanto interno como externo.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Decisão de Contratar: Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Reabilitação do Parque Escolar de Mirandela - Escola Básica n.º 3, conforme proposto.

4.5 - VI Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 08 de agosto de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor (três dos membros do PSD e um do membro do PS *José Manuel Morais*) e uma abstenção do membro do PS *João Casado*, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o VI Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- Por falha técnica do som, da qual esta Assembleia é alheia, não se pode dar por reproduzidas as intervenções dos Senhores Deputados, ficando apenas transcritas as declarações escritas que foram entregues à Mesa.

----- O Senhor Deputado Municipal *Nuno Sousa* (CDS/PP) disse:

“Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Srs. Membros da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores e Srs. Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia. Bom dia a todos os presentes.

Relativamente a este ponto 4.5 da Ordem de Trabalhos, “VI Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro”, tive a oportunidade, na reunião de Fevereiro de 2016, manifestar as minhas dúvidas quanto ao procedimento de aprovação deste documento, quando, no ponto 6, do artigo 59º, da Lei nº 73/2013, esse refere que os relatórios semestrais de acompanhamento do plano de saneamento financeiro, devem ser elaborados pela Câmara Municipal, e apreciados pela Assembleia Municipal.

Nessa sessão plenária, e na sequência da minha intervenção, fui informado que existia uma posição jurídica do Tribunal de Contas, que relatava a necessidade deste documento ser apreciado e aprovado pela Assembleia Municipal. Nessa altura solicitei cópia do parecer jurídico, tendo sido informado que o mesmo seria enviado posteriormente.

Dois meses depois, em Abril, recebi um parecer jurídico, datado de 13 de Abril, emitido pelos serviços jurídicos do Município. Ou seja, não recebi o parecer jurídico do Tribunal de Contas, que certamente teria uma data anterior a Fevereiro de 2016, mas sim um parecer da Câmara Municipal, datado de Abril 2016, após, a minha intervenção nesta Assembleia Municipal em Fevereiro.

Relativamente ao parecer jurídico, o mesmo vai ao encontro de tudo o que referi nessa sessão, ou seja, ao encontro do estipulado na lei 7372013, no seu artigo 59º, nomeadamente e passo a ler: “...o acompanhamento do plano de saneamento financeiro cabe ao município, através da elaboração de relatórios semestrais sobre a execução do plano de saneamento financeiro pela Câmara Municipal e da sua apreciação pela Assembleia Municipal.”

Refere também, que “...O órgão executivo tem o dever de elaborar e aprovar relatório semestrais, com posterior remessa ao órgão deliberativo e à DGAL, para apreciação e acompanhamento.”

Informa ainda, que “...Parece ser este o entendimento a reter deste normativo. Poderíamos ser tentados a interpretar que apreciar é aprovar, mas se assim fosse o legislador não teria feito uso de expressões diferentes ao longo dos diferentes números do artigo 59º, se utilizou nomenclaturas diferentes fê-lo intencionalmente, porque pretendeu expressar realidades diferentes.” E ainda no final, “...Assim, à Assembleia Municipal compete unicamente efetuar um juízo de apreciação sobre o relatório formulado pela Câmara Municipal.”

Até aqui, o parecer está em absoluta concordância com a Lei e com tudo aquilo que anteriormente referi nesta assembleia. Porém, é na parte final, do parecer, que o mesmo dá uma “pirueta”, invertendo tudo o que atrás li desse documento, que “... Essa apreciação naturalmente é feita em sede de votação...”. Perante uma redação bem explanada sobre o articulado do artigo 59º, discordo desta conclusão, que na minha opinião e no âmbito deste assunto, não está em contexto com a redação do artigo.

Independentemente, do parecer jurídico aqui apresentado, solicito outra vez o parecer do Tribunal de Contas sobre este assunto, porque foi esse que se comprometeram a entregar. Não basta ao Tribunal de Contas, manifestar verbalmente o procedimento que Assembleia Municipal deve assumir em relação aos relatórios semestrais. Se existe um procedimento jurídico, da parte do Tribunal de Contas, conforme o executivo manifesta, devem demonstrá-lo “preto no branco”, ou seja, por escrito. Aguardarei pelo envio dessa informação do Tribunal de Contas.

Caso contrário, e se de facto, o parecer jurídico, apresentado pela Câmara Municipal está correto na sua assunção de que “apreciar obriga a uma votação”, então solicito ao Sr. Presidente da Assembleia, que coloque à votação os documentos do ponto 4.1 – Informação do Sr. Presidente da Câmara, e o ponto 4.2 – Memorando de Entendimento – Agregação dos Sistemas de Água e Saneamento, que foram apenas apreciados e pela lógica do parecer jurídico, carecem de aprovação. Não creio que assim seja.

Por conseguinte, reitero mais uma vez, que o relatório semestral não deve ser votado pela Assembleia, mas apenas apreciado, com eventuais sugestões ao executivo, por quem assim entender.”

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero que fique registado que me comprometo e demonstro total disponibilidade em reunir, com os representantes do Grupos Municipais numa próxima reunião da Comissão Permanente, por forma a esclarecer e permitir definir uma metodologia a aplicar nas situações de necessidade de votação para este fim específico.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia.

Apenas pretendo informá-lo, que não corroborando da vossa posição sobre este assunto, irei ausentar-me da votação, solicitando que esta minha posição conste da acta. Obrigado.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno de Sousa (CDS/PP) ausentou-se da Sessão, não tendo participado na votação.**

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 39 votos a favor dos membros do PSD e 11 abstenções (seis dos membros do PS, quatro dos membros do CDS/PP e uma do membro independente do CDS/PP) e um voto contra uma do membro da CDU, aprovar o VI Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

O meu voto é contra, uma vez que entendo que este Relatório não deve ser votado.

4.6 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.). – 2017.

----- Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 05 de setembro de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor (quatro dos membros do PSD, um do membro do PS *José Manuel Morais* e um do membro do CDS/PP *Carlos Freitas*) e uma abstenção do membro do PS *João Casado*, conforme proposto:

- 1 – Não prescindir da participação do Município no I.R.S. em 5%, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2017;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- **O Senhor Deputado Municipal José António Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Manifesto o voto contra do Grupo Municipal do Partido Socialista, a este ponto da Ordem do Dia, por uma questão de princípio e responsabilidade política, pois o que esta decisão reflete, é que os atos de gestão, acabam por recair em cima dos municípios.

Ou seja, os Municípios ficam a perder nesta opção de a Câmara Municipal de Mirandela de não libertar a sua participação no IRS a entregar em 2017.

São os municípios, depois do fim de um duro programa de resgate nacional que ficam, agora, sujeitos a um programa de resgate municipal, porque a Câmara não pode prescindir da sua participação no IRS, por se encontrar debaixo de um Plano de Saneamento Financeiro.

É este o princípio que não podemos apoiar, pois esta opção política económico-financeira está associada ao saneamento financeiro do Município fruto da sua gestão financeira que comprometeu a possibilidade de a Câmara poder abdicar da sua parte na receita em sede de IRS em favor dos municípios.

É esta filosofia política que não podemos subscrever, porque aos municípios, dada a gestão de que não foi responsável, cai em si, dessa forma, uma maior carga fiscal em consequência da asfixia financeira da Câmara Municipal.

Isto é, num município, de uma gestão mais rigorosa, os municípios podem ser beneficiados em sede dos seus impostos, concretamente no IRS. Ou seja, no caso de ter de pagar IRS, poderia ver amortizado até 5% do seu valor. No caso de reembolso poderia beneficiar até 5% desse valor.

Assim, não é justo imputar aos municípios o atual saneamento financeiro por via do seu IRS, em que podia ter a participação do município.

Daí o nosso voto contra.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como nos anos anteriores nós iremos votar a favor pois consideramos que 5% não é nada para cada munícipe e que para a Câmara pode fazer e faz muito jeito, nos vamos votar a favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Dinis Veiga* (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como nos anos anteriores o Grupo Parlamentar do PSD irá votar a favor, e isto merece uma explicação, os ricos que paguem e ajudem os outros, pois quem tem realmente um IRS pequeno não paga IRS, quem é o grande beneficiado é aquele que tem um grande IRS e aí ele vai perder os seus 5% e assim vai beneficiar outros que não tem esses rendimentos. O PS contraria-se um pouco pois quer aumentar as reformas só aos que ganham pouco, quer aumentar impostos aos que ganham muito não percebe, querem agora um valor patrimonial para além de um milhão para pagar aqueles que não podem, há aqui uma contradição, Senhor *José António*, além disso o Grupo Parlamentar do PSD votou a favor do Plano de Saneamento Financeiro, nós temos que dar condições ao Executivo para cumprir esse saneamento financeiro e ainda há outra coisa, aprovando esta proposta não é derrama e essa derrama iria incidir sobre as indústrias e iria incidir em pessoas a quem dá trabalho a outros, nos vamos votar a favor e vamos ser coerentes com esta Proposta e como diz o Senhor *Garrido* os pobres não pagam IRS, pois temos que dar possibilidades à Câmara de cumprir com as suas obrigações ou seja com o saneamento financeiro.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, gostava que ficasse registado que há geringonças que funcionam e outras que não, gostava que refletissem sobre isso.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 39 votos a favor (36 dos membros do PSD, um do membro da CDU e dois dos membros do PS), sete abstenções (uma do membro do PS, cinco dos membros do CDS/PP e uma do membro independente do CDS/PP), aprovar não prescindir da participação do Município no I.R.S. em 5%, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2017, conforme proposto.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP):**

Declarou que se absteve porque a lei não obriga que este documento venha à Assembleia, se a Câmara não fizesse nada fica como está, só se quisesse que os municípios fossem beneficiados é que vinha à Assembleia para deliberar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

É uma menos dez, pelo que vamos interromper os trabalhos para a hora do almoço, mas antes quero dar conhecimento à Assembleia de uma nota escrita que foi entregue à Mesa, a qual passo a ler:

“Assunto: Protesto

Carlos José Fraga, Deputado Municipal presente na Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2016, vem protestar o incidente registado na discussão do ponto n.º 4.3 da Ordem do Dia. Porquanto considera que na intervenção do Exmº, Sr. Deputado municipal *António Figueiredo*, e a seu tempo, este estava a desvirtuar o assunto em apreço, numa clara violação do Regimento desta Assembleia. Em face de tal, o que ora protesta fez sinal à Mesa de interpelação ao abrigo do artigo 34.º, não tendo logrado da Mesa o entendimento que se impunha. Por este motivo não aceita a repulsa do Exmº Sr. Presidente da Mesa. Pelo que protesta e roga que dentro do aceitável e tolerante seja cumprido o Regimento desta Assembleia, dentro dos deveres e obrigações e direitos de conduta em respeito de cada um.”

Sobre este aspeto e numa análise rápida de apreciação imediata eu quero dizer ao signatário deste protesto Senhor Deputado *Carlos Fraga* e a toda a Assembleia que no nosso entendimento o Senhor Deputado *António Figueiredo* não estava a desvirtuar o assunto em apreço o critério de apreciação ou de entendimento do conteúdo de uma intervenção tem uma variação muito larga de entendimento.

Nós sabemos pela experiência que temos, que Antes da Ordem do Dia destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município, mas nem sempre há a objetividade que se pretende. Mas o Regimento também não é muito claro, os Senhores Deputados podem usar o seu tempo de acordo que o Regimento lhe permite e quando a Mesa entende que há um desvio ou tons mais exaltados a Mesa usa o direito que o Regimento lhe confere e chama a atenção do Senhor Deputado.

O que o Senhor Deputado *Carlos Fraga* diz que fez sinal à Mesa de interpelação, nos termos do art.º.34 mas como os Senhores Deputados bem sabem isso não é verdade. O que o Senhor Deputado fez foi sair do seu lugar a falar em voz alta interrompendo o Senhor Deputado que estava no púlpito a prestar as suas declarações dentro do seu tempo regulamentar, e como e os Senhores Deputados bem sabem o que o Senhor Deputado *Carlos Fraga* fez foi não aceitar inicialmente o pedido de silêncio do Presidente da Mesa, e o pedido de fazer o favor de se sentar e não interromper o Senhor Deputado *Figueiredo*, que estava no seu uso da palavra.

Peço a todos os Membros desta Assembleia que façam o favor de cumprir o que está regimentado. Eu considero este assunto encerrado, e peço que todos contribuam para o bom funcionamento desta Assembleia.

E com isto termino desejando-vos um bom almoço e retomaremos os trabalhos às **14hrs.45m.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Muito Boa Tarde a todos, os Senhores Deputados façam o favor de se sentarem para ver se já há quórum, e sendo assim vamos retomar os nossos trabalhos com o ponto:

4.7 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T.M.D.P.) – 2017.

----- Este Ponto da Ordem do Dia foi retirado.

Conforme o solicitado pelo Senhor Deputado *David Garrido*, sugerindo que a proposta sobre o T.M.D.P, não está redigida de acordo com a legislação em vigor, pelo que este assunto deveria ser apresentado na próxima reunião da Assembleia, o que mereceu a concordância dos outros Grupos Municipais, do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia.

4.8 - Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.) – 2016.

----- Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 05 de setembro de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, conforme proposto:

- 1 – Aprovar, por maioria, com seis votos a favor (quatro dos membros do PSD, um do membro do PS *José Manuel Morais* e um do membro do CDS/PP *Carlos Freitas*) e uma abstenção do membro do PS *João Casado*, a Taxa de 0,4 % do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2016 aos prédios urbanos;
- 2 – Aprovar, por unanimidade, a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, nomeadamente, de 20 € para agregados com um dependente, de 40 € com dois dependentes e de 70 € para agregados com três ou mais dependentes;
- 3 – Aprovar, por unanimidade, nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, designadamente:
 - Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;
 - Majorar em 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
 - Majorar no dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.
- 4 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este ponto venho dizer o aquilo que já disse o ano passado, a atual situação política das forças que integram a CDU permitiu que se invertesse o rumo de agravamento das condições de vida das pessoas com mais baixos rendimentos sendo uma das medidas nomeadamente a taxa máxima de IMI, passando a taxa máxima de IMI de 0.5 para 0.45 contudo verificamos que no concelho de Mirandela é um processo inverso que à boleia das dificuldades financeiras que atravessa, escolhe o caminho mais fácil, carregando sobre a maioria dos trabalhadores e das populações mantendo o IMI com uma taxa elevada.

Pois em 2011 era 0.3% e agora já vai em 0.4% a Proposta que este Executivo aqui apresenta tem ainda um fator merecedor de crítica por parte da CDU, pois a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes, não acarreta qualquer elemento de justiça fiscal que é profundamente demagógica, beneficiando as famílias de maior rendimento, não seria mais justo fazer contas a quanto a autarquia não vai arrecadar com esta medida e diminuir a taxa de IMI para todas as famílias do mesmo valor, pois já o ano passado disse que pode haver famílias sem filhos e que tem dificuldade em pagar e outros com filhos podem pagar mais.

Aquilo que eu propunha era fazer as contas o que vai ou não arrecadar e o que não vai arrecadar fazer a distribuição por todos nós achamos injusto a aplicação de medidas penalizadoras para os proprietários dos prédios em ruínas, contudo consideramos importante que se tenha em conta as condições económicas e sociais de cada família para aplicação de tal penalização, ao mesmo tempo que devem ser aplicadas medidas de incentivo minorando as taxas de IMI para todos aqueles que recuperem os prédios.

Já agora perguntava sobre este ponto último que referi, as casas devolutas e em ruínas a aplicação de três vezes mais, se a Câmara já implementou esta medida, pois já foi o ano passado aprovada e qual o valor que arrecadou.

----- O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Em relação a este ponto primeiro reconheço e todos nos devemos reconhecer, que algo tem de ser feito pois principalmente na cidade de Mirandela há muitos equipamentos que estão degradados e que tem de ter uma intervenção pois todas as penalizações que sejam cometidas eu sou a favor delas.

Em relação ao ponto 3, prédios ou andares que estejam devolutos há mais de um ano e se eles não estiverem degradados e se não houver situação externa que causem problemas porque, pois todos nós sabemos que o mercado de arrendamento está a sofrer algumas dificuldades neste momento e alguns proprietários podem estar a aguardar melhor oportunidade para arrendar os seus equipamentos e ir buscar só porque está devoluto a um ano e agravar o IMI parece-me um exagero.

----- **O Senhor Deputado Municipal José António Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente Senhores Deputados

Relativamente à taxa de IMI para 2016, importa dizer que é verdade que a receita do Município em sede do IMI diminuiu no corrente ano, pois há famílias que passaram a estar isentas e por outro lado pelos benefícios consagrados de 10, 15 e 20% em função do número de filhos.

No futuro este benefício sofre uma alteração de passando a um desconto fixo de, 20, 40 e 70 euros, se tiver 1, 2, ou 3 ou mais filhos, estou crente mas não disponho de elementos técnicos, mas estou crente que esta alteração permitirá um aumento de receita para o Município mas o Senhor Presidente poderá fornecer-nos uma estimativa se poderá ser assim ou não e assim sendo poder-se-ia ponderar sobre a taxa fixa para o presente ano a pagar para o próximo ano. Porque a percentagem até agora fixadas do IMI estavam no mínimo 0.3% e no máximo 0.5%, mas este último valor foi alterado para o valor máximo de 0.45%, ou seja, Mirandela aplicava um valor intermédio e agora ficamos na franja superior com o valor de 0.4% em relação ao máximo que é estabelecido de 0.45%.

Compreendemos a importância de receitas para o Município, mas também pensamos que há outras formas possíveis de obter essa receita, não comungamos do discurso sobre o IRS do Deputado *Dinis Veiga* em que não há outra alternativa ou isto ou a derrama á sempre outras possíveis soluções no ponto de receita, por exemplo, na parte consagrada aos benefícios parte 2 que vamos votar, acompanho o Senhor Deputado *David Garrido* que porventura podia ser feita uma análise mas eu já o ano passado quando aqui já era aplicada a taxa de 10, 15 e 20% fiz aqui uma intervenção em relação aos que podia haver distorções em função dos rendimentos e do número de filhos, também este valor fixo pode levar a essas distorções, o valor destes benefícios poderia ser alcançado de modo a permitir uma taxa de IMI para todos e cada um pagariam em função do valor patrimonial da sua habitação.

Mas por ventura poderíamos encontrar outras fontes de receita. Por exemplo, no relatório de saneamento financeiro no ponto 3.3.1 rentabilização do património municipal continuamos a constar assim como nos relatórios anteriores que o valor de quinhentos e quinze mil euros de alienação de imobilizado, como medida não implementada, porventura se pudéssemos agilizar esta medida poderíamos aqui obter ganhos para a fixação da taxa do IMI, poderia ser uma alternativa.

Importa aqui dizer, que afinal votaremos contra a afixação da taxa 0.4%. Mas votaremos a favor, apesar das reservas, das outras vertentes do IMI nomeadamente os benefícios e a parte 3, os agravamentos. Quanto aos agravamentos queria colocar uma questão ao Senhor Presidente que é a seguinte: Quem não tem dinheiro para recuperar o seu património e que vê em sede o IMI o seu agravamento, por deixar o seu património devoluto ou degradado, mas se porventura as pessoas não têm dinheiro para recuperar os seus imóveis, têm dinheiro para pagar este agravamento.

Digo isto porque no Plano de Saneamento Financeiro eu vi que há outras taxas e impostos por cobrar e também à IMI por cobrar, as pessoas que se inserem nestas circunstâncias, se isto se verificar qual é a solução encontrada, é apenas a solução encontrada pelo Estado a requerer a cobrança coerciva ou se a Câmara tem outros meios para recuperar esta perda do IMI, em função das pessoas que porventura não têm dinheiro para recuperar as suas casas, nem dinheiro para pagar os agravamentos.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, sobre o IMI queria dizer o seguinte: Em primeiro lugar Senhor Deputado *José António* não retire só a última frase que eu disse relativamente aos 5%, afinal somos mais Socialistas que vocês, os 5% quem beneficia, são aqueles que mais pagam. Quanto à derrama eu disse: Que a Câmara não optou pela derrama, porque iria prejudicar as empresas e os seus empregados. Quanto ao IMI isto foi alterado entre 3% e 0.45% mas 0.4% é menor que 0.45% sabe onde está o erro nisto tudo é que o IMI é das Câmaras e é as Câmaras que deviam mandar e não o Governo fazer isenções quem é o prejudicado são as Câmaras, o Governo fazer cláusulas de salvaguarda pois quem é prejudicado são as Câmaras, se o imposto é das Câmaras deveria ser as Câmaras que deveriam ter as competências de fazer isto.

Na redução apesar a primeira vista temos que dar algum incentivo aos jovens, o governo aumentou na redução do IRS a quem mais filhos têm, nos abonos de família, nas despesas da educação, o próprio Governo está a fazê-lo.

Se a Câmara esta a aumentar, segue a linha do Governo. Repare que eu ainda nem lhe chamei geringonça.

Quanto às majorações têm razão o proprietário está descapitalizado e deixa cair, porque as rendas muitas vezes não são suficientes para pagar os prejuízos que os inquilinos dão. Mas esta lei das majorações é do Eng.º *José Sócrates*.

Nos vamos manter a nossa posição o Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor do IMI.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, muito obrigado.

Foram levantadas aqui algumas questões mas eu vou separar as três questões:

A primeira questão e a principal questão eu até a acho engraçado quando alguém vem aqui dizer se baixa de 0.45% baixem agora para 0.35%, alguém me perguntou nesta casa em tempos se íamos entrar no PAEL, eu disse que não, porque se entrássemos eu tinha o IMI a 0.5%, mas eu disse não, a Câmara vai fazer um esforço e vai negociar um Plano de Saneamento Financeiro, que lhe permita não ter as taxas todas, nomeadamente a das águas, como aconteceu com alguns Municípios e ter a taxa do IMI a 0.5%.

Há um ano atrás fiz uma avaliação das cobranças para tomar uma decisão, essa decisão estava baseada na taxa de IMI atual e estava baseada nas cobranças. Senhor Deputado *David Garrido* com certeza que não leu esta informação. O governo do PSD-CDS

colocou uma cláusula no IMI em que as pessoas que não tinham rendimento ficavam isentas, essa redução em Mirandela está nesse documento representa mais de 230 mil euros, isto está na informação que vos foi distribuída.

No ano de 2016 essas famílias não pagam, mas em 2017 também não vão pagar, que eu saiba este Governo só taxa as vistas e quem tem património acima de 500 mil euros Agora é importante entender que este ajuste foi feito para ajudar as pessoas com mais dificuldades e foi feito por um Governo que não tinha o suporte ideológico que tem o atual.

Por isso a Câmara o que fez e é isso que aqui está plasmado foi manter o equilíbrio tributário, no qual se tinha comprometido e a redução que foi sentida sem reposição da cláusula de salvaguarda, é aquela que hoje está traduzida nos documentos de cobrança. Por isso vir aqui dizer que baixaram para 0.45%, isso foi aqueles que estavam no máximo que é 0.50%, nós estávamos este ano a um ponto abaixo do máximo, pois só para o ano é que vai ser aplicada esta taxa.

Quem determina o limiar superior e inferior é o Governo. Nós Câmaras só criamos patamares. A Câmara o que fez foi a que nos comprometemos foi fazer um valor intermédio não ir para o máximo e não nos submetemos ao PAEL e fizemos uma avaliação das receitas, a subida tem como base a cláusula de salvaguarda e vamos ver como funciona este ano a cobrança a cobrança que reduziu foi relativa às famílias sem rendimento tal como está aqui escrito, de acordo com as regras que foram determinadas.

O ponto de redução familiar da taxa do IMI, é em função do número de dependentes e agora têm um valor bruto fixo, e não percentual como era no ano passado, o que quer dizer que a cobrança vai diminuir e depois vamos analisar o que vai significar a nível de cobrança se é melhor ou pior. Isto também é uma medida de incentivo à natalidade, porque este problema é por todo o país.

A parte final de benefícios ou penalizações qual foi o impacto destas três medidas foi zero, porquê? Devidos às dificuldades em serem aplicadas, pois não é olharmos para um imóvel que não está arrendado há mais de um ano ou mesmo em relação aos devolutos, não é assim, e ainda bem, pois a nossa administração pública e local ainda tem regras de proteção ao contribuinte, essas regras passam para que sejam aplicações devidamente fundamentadas tendo em conta a legitimidade da propriedade, a localização, nós estamos a trabalhar acerca de um ano com as Finanças locais, num modelo para podermos aplicar não aos devolutos, mas sim aos degradados, temos trabalhado com os serviços de avaliação para que essa opção de aplicar esta componente possa existir, porque a aplicação desta componente tem de existir e tem de ser aprovada na Assembleia Municipal e depois ser aplicada caso a caso.

Por exemplo a isenção do IMI nos devolutos já não tem que vir a Assembleia, pois aqui já aprovamos as ARUS (Área de Reabilitação Urbana) já determinamos a isenção do IMI, e hoje se houver uma intervenção de reabilitação já é muito mais fácil a Câmara isentar do IMI, para incentivar. Se estiver em ruína temos que garantir a segurança das pessoas, mas a partir daí não podemos fazer mais nada, pois das intervenções que fizemos recuperamos zero.

Isto não é um problema de Mirandela mas é do Porto e de todas as outras cidades, mas foi aprovado o ano passado a lei de reabilitação urbana que abriu um caminho e é aquele que estamos a seguir. Determinar a área de Reabilitação Urbana, a localização, identificar as áreas urbanas, identificar os prédios, os proprietários, notifica-los, a Câmara está a fazer este trabalho e depois propor ao proprietário várias intervenções de venda forçada ou expropriação, com os devidos contratos de modo ao proprietário até nunca perder o prédio.

A Câmara de momento está a fazê-lo, as ORUS (Operação de Reabilitação Urbana), as ARUS, onde os prédios estão a ser notificados Mas o primeiro passo é fazer pressão fiscal, pois há famílias que tem dificuldades, mas não são esses que nos dão problemas, pois as famílias que nos dão problemas são as famílias algumas tradicionais de Mirandela, com grandes áreas rústicas edificadas, e que pensam que a baixa de Mirandela é mais cara que o valor é da Av. da Liberdade em Lisboa, não são as outras pessoas que nos dão problemas, pois com eles negocia-se bem mas esta é uma realidade não só de Mirandela mas de todo o país.

Nós passamos o verão todo a ouvir falar de incêndios, infelizmente um ano muito mau para os outros mas para Mirandela e região de Bragança um bom ano, mas ainda não ouvi ninguém aqui falar para majorar no dobro a taxa dos prédios rústicos de 0.8% de área florestar que se encontrem em situação de abandono, não podendo a aplicação desta majoração resultar de uma coleta de imposto inferior a 20.00 euros por cada prédios. A política fiscal tem de ser vista na perspetiva da receita e do incentivo quando é na penalização usamos sempre o IMI mas quando se fala em derrama, parece que se quer tapar a derrama, vão ver os valores e só fazerem contas que até fácil, e vejam qual é o valor previsível dessa derrama em Mirandela, e depois vão ver quanto nós cobramos. A política fiscal tem de se vista dentro das perspetivas das nossas possibilidades do ponto de vista caso a caso dentro de cada patamar que nos é dado numa perspetiva da receita.

A política fiscal tem de ser vista na perspetiva de incentivo ou penalização naquilo que nós pretendemos para o concelho, eu penalizo-me nas várias reuniões que tenho com os técnicos, pois é um tema decorrente, como vamos aplicar estas leis principalmente dos rústicos em que até estão no perímetro urbano, os quais estão sujeitos e a Câmara têm que os limpar, e não sabe como recuperar esse investimento, mas atenção quando nós estamos a fazer as vezes de fiscal e queremos que o benefício que se transforme em algo que é bom para todos nós, pois a recuperação de uma casa antiga é um benefício comum que é bom para todos nós.

Esta moldura fiscal que aqui temos nem penaliza excessivamente na receita, utiliza os normativos para fomentar a natalidade em territórios de baixa densidade como disse o Deputado *Dinis Veiga* e muito bem e aponta para aquelas áreas em que nós ainda não conseguimos agarrar mas estamos a trabalhar para isso, em que é preciso penalizar quem não trabalha

Agora vou falar sobre as rendas, reúno sucessivamente com o Prof *Sobrinho Teixeira* do IPB, porque perdemos todos os dias alunos para Bragança principalmente de ERASMUS, porque as rendas em Mirandela são muito mais caras do que em Bragança, claro que estamos a perder alunos do ERASMUS, porque se a parte dos edifícios degradados é difícil então esta não é menos.

Estamos a trabalhar com o IPB para se obter uma solução para esta situação e porque não uma residência nem que seja paga por nós, onde possamos criar 20, 30 ou 40 quartos para tornar atrativo a vinda dos alunos de Erasmus para Mirandela, eu tenho conhecimento que eles gostavam de ficar em Mirandela, mas só que as rendas são muito caras. E o IPB tem poucos quartos para oferecer em Mirandela a esses alunos. A Câmara disponibilizou o ano passado cerca de cento e vinte mil euros de apoio diretos sociais, de acordo com o Plano de Emergência Social e só para rendas foram cerca de oitenta mil.

----- O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores

Aquilo que o Senhor Presidente diz é “dá uma no cravo outra na ferradura”, na minha opinião o que ele disse é as receitas correspondentes à taxa de IMI contribuem para assegurar de forma concreta a estabilidade do processo do Plano de Saneamento Financeiro em curso. Nós agora aprovamos o IRS de 5% e nos consideramos que a taxa de IMI está alta, o que me causa perplexidade é de que em função do número de dependentes se baixe, porque isto é da responsabilidade da Câmara e não deste Governo, que manteve a história do fixo que eu também não concordo, mas é respeitante à Câmara que pode, ou não pode atribuir esse benefício a quem tem um dois ou três filhos e não é pela natalidade que é muito complexa e não é por aí que a gente lá vai, porque se tem a história de estabilidade do saneamento financeiro, também dizemos aqui corroborando as palavras do Senhor Presidente não consideramos injustas a aplicação de medidas penalizadoras para os prédios devolutos ou em ruínas, portanto que se tenha em conta as condições económicas e sociais, eu não concordo, por isso votarei contra pelo fato de um ter um filho alguns podem pagar melhor do que outros que não tem nenhum.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou:

- 1 – Aprovar, por maioria, com 42 votos a favor (34 dos membros do PSD, um do membro do PS seis dos membros do CDS/PP e um do membro independente do CDS/PP, duas abstenções (uma do membro independente do PS e uma do membro do CDS/PP) e sete votos contra (cinco dos membros do PS, um do membro da CDU e um do membro do CDS/PP), a Taxa de 0,4 % do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2016 aos prédios urbanos;
- 2 – Aprovar, por maioria, com 50 votos a favor (34 dos membros do PSD, seis dos membros do PS, um do membro independente do PS, oito dos membros do CDS/PP e um do membro independente do CDS/PP) e um voto contra do membro da CDU, a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, nomeadamente, de 20 € para agregados com um dependente, de 40 € com dois dependentes e de 70 € para agregados com três ou mais dependentes;
- 3 – Aprovar, por maioria, com 49 votos a favor (34 dos membros do PSD, seis dos membros do PS, oito dos membros do CDS/PP e um do membro independente do CDS/PP), uma abstenção do membro independente do PS e um voto contra do membro da CDU, nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, designadamente:
 - Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;
 - Majorar em 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
 - Majorar no dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada

----- O Senhor Deputado Municipal *Carlos Fraga* (Independente pelo PS) disse:

Senhor Presidente Senhores Deputados.

Quero fazer a minha justificação do meu voto de abstenção, e votei em função da minha consciência é também para estar em consonância com a declaração de voto do Senhor Vereador do PS *João Casado* na reunião de Câmara.

4.9 - Proposta de Aprovação da Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 05 de setembro de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 - Aprovar a Celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mirandela e a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;
- 2 – Dar poderes ao Senhor Presidente ou ao seu substituto legal para a outorga do presente contrato;
- 3 - Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Em relação a este ponto é natural que eu sinta um certo regozijo por poder estar nesta Assembleia a debater este ponto e aprovar este documento que vai finalmente permitir que a Câmara possa enfrentar a situação da falta de mobilidade que tem as populações, principalmente nos centros rurais, estamos a caminho podemos enveredar na minha óptica devia haver uma pré- inscrição num estabelecimento da zona da aldeia e depois ser contactada uma central para organizar os serviços de maneira a ocorrer a esses serviço, mas de qualquer forma quero alertar que quando o governo da qualquer coisa dá porque lhe está a queimar as mãos e dá-me a sensação que a UBER está a queimar as mão pois está a tentar transferir a UBER para as Câmaras mas o futuro o dirá.

----- **O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A proposta aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, considerando que o regime jurídico do serviço público dos transportes de passageiros da Lei n.º 52/2015, tem por objetivo acabar com as indemnizações compensatórias às empresas públicas de transportes e transferir para as autarquias o custo técnico administrativos com as autoridades de transportes, caberia às autoridades de transporte negociar com as operadoras as melhores condições, com o orçamento e as necessidades financeiras que surgem com o modelo plasmado no RJSPTT.

Deveria ser suportado através de verbas municipais arrecadadas através da cobrança de novos impostos, este modelo é o que o Estado transfere para as autarquias, os utentes quer através de impostos indiretos em vez de quem paga manda, que é a lógica deste regime o orçamento de estado, cada âmbito as autoridades tem competências próprias diretas e não o regime que este contrato impões, o contrato proposto para esta Assembleia pressupõe a constituição da CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes), e do Município como autoridade de transporte, quando o regime a tal não obriga.

Consideramos que a competência de gerir os transportes deve manter-se no IMT. Ao mesmo tempo que a Autarquia e a CIM-TTM devem exigir uma clarificação e hierarquização das competências aos vários níveis e ao mesmo como as responsabilidades financeira dos diferentes níveis administrativos.

Nesse sentido votamos contra e apelamos aos Membros desta Assembleia, que tenham em conta a responsabilidade do que aqui se está a aprovar tendo até em conta exemplos com a consequência muito grave para a situação financeira do Município, pois a captação da água em alta da água de Trás-os-Montes e Alto Douro é o exemplo maior. Daqui a uns tempos o Município tem uma dívida elevada e não vai conseguir pagá-la.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente muito obrigado.

Já tivemos aqui várias vezes este debate sobre os transportes e quase sempre motivado por perguntadas do Senhor Deputado *Faustino* e pela minha experiência, o que vai acontecer é que para além dos transportes escolares que nós pagamos, além deste valor extra para fazer o circuito, que se verifica e o que se verifica que nas férias não circulam.

Já enviamos vários Faxes para o IMT, a protestar só que isto dá zero, pois há as concessões e as quais tem os seus direitos, Nós temos duas viaturas de transportes escolares que vão buscar as crianças e se as pessoas quisessem vir à sede do Município e se houver lugar podem usar essa viatura e eles não se importam nada de pagar o valor e pagam de bom grado, quando as pessoas vem a Mirandela.

Nós também temos concessionados táxis e imaginamos que ainda tem lugares por ocupar, essa pessoas até com certeza nem se importavam de pagar e de bom grado, pois se tem de pagar ao táxi que é muito mais caro, isto de momento é impossível, ora bem, este novo enquadramento legal permite que os municípios, não as Comunidades se constituam como autoridades, mas há um conjunto de procedimentos que já estamos a trabalhar há cerca de um ano e estamos a fazer um levantamento dos circuitos de identificação do numero de bilhetes vendidos o numero de alunos processos já há dois concelho que estão a funcionar este projeto tipo que já foi autorizado ondem fazem o transporte de plataformas diferentes deste tipo, fazem o transporte de alunos e de passageiros.

Este contrato interadministrativo é importante para os transportes de Mirandela e vai surgir como autoridade e vai criar estruturas quero acreditar que é um momento importante para esta área de transporte mas não a curto prazo, minguem acredite que isto é fácil de fazer nos quando entramos na base do IMT, houve muita confusão, não julguem que foi fácil pois a base de dados estava muito confusa, só com a liberdade que nos foi dada podermos usar os transportes de forma contratual pois todos os táxis quando trazem pessoas estão de forma ilegal, por isso na nossa opinião é um bom projeto para as nossas populações.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia o que eu gostava era de pedir ao Senhor Presidente da Câmara que se algum dia podia trazer a esta Assembleia os resultados da experiencia dos dois autocarros que tem, pois já disse várias vezes que não há circuitos não há horários, não há paragens, pois só vai quem sabe, de fato isto é digno de terceiro mundo, cobram bilhetes

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Obrigado, Senhor Presidente se me permite eu não sei se o Deputado *Faustino* se está a falar dos urbanos os circuitos estão no nosso site, ou compra bilhete ou passe, as paragens é melhor assim para a população pois podem entrar junto as suas casas. O circuito foi estudado e agora foi reformulado e agora temos uma candidatura para o projeto PEDU e a experiência é muito boa.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Em relação à experiência, eu tenho conhecimento que uma pessoa foi ao centro de saúde e depois foi mandada para o Hospital e ela não sabia como ir, pois não sabia os horários e teve que pedir um táxi, pois as pessoas não têm informação dos horários, e esperamos que de fato essa informação seja divulgada com uma tabela e com paragens.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 50 votos a favor (34 dos membros do PSD, seis dos membros do PS, um do membro independente do PS, oito dos membros do CDS/PP e um do membro independente do CDS/PP) e um voto contra do membro da CDU, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mirandela e a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;
- 2 - Dar poderes ao Senhor Presidente ou ao seu substituto legal para a outorga do presente contrato.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Vamos passar ao ponto:

“4.10 - Aquisição do Edifício do Instituto Piaget em Mirandela (art.º matricial n.º 6860).

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 05 de setembro de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com sete votos a favor, nomeadamente: *António Almor Branco (PSD), Rui Magalhães (PSD), José Manuel Morais (PS), Carlos Freitas (CDS/PP), Deolinda Ricardo (PSD), Manuel Rodrigues (PSD) e João Casado (PS)*, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o exercício do direito de preferência/reversão do terreno e a aquisição do edifício designado por Instituto Piaget, inscrito na matriz com o número 6860, pelo montante de 1.373.180,00 €, nos termos do Contrato Promessa de Compra e Venda celebrado a 29 de agosto de 2016;
- 2 – Submeter a presente deliberação desta aquisição à aprovação da Assembleia Municipal;
- 3 – Submeter o Contrato Promessa de Compra e Venda e a minuta da Escritura de Compra e Venda a Visto Prévio do Tribunal de Contas.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Passamos ao Ponto 4.10 - Aquisição do Edifício do Instituto Piaget em Mirandela (art.º matricial n.º 6860).

Informo que a votação neste ponto é nominal, pelo que pedia ao setor de apoio à assembleia que distribuíssem os boletins de voto pelos Senhores Deputados Municipais para depois se proceder á respetiva votação.

Estão abertas as inscrições:

A palavra ao Senhor Deputado *David Garrido*.

----- O Senhor Deputado Municipal, *David Garrido (CDU)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostava de saber a história desta aquisição, porque é que a Câmara adquire este edifício? O valor está na avaliação que foi feita? Também eu ouvi na rádio para transferir para lá os alunos quando as Escolas entrarem em obras e a pergunta que eu faço: o transporte dos alunos para o Piaget como vai ser feito? Em que termos? E já agora também ouvi que depois das obras concluídas, o edifício seria para reunir lá os serviços camarários que estão dispersos e já agora quais? Suponho que sejam aqueles em que a Câmara paga renda, sugeria também que depois das obras futuras, dentro das possibilidades, se passasse para lá também a Assembleia Municipal, como forma de se poder lá trabalhar, porque aqui de facto é muito complicado.

----- A Senhora Deputada Municipal, *Rita Messias (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Relativamente à aquisição do Piaget verificamos que a Câmara cedeu o direito de superfície de um terreno ao Instituto Piaget por 50 anos, para promover o Ensino Superior em Mirandela.

Acontece que esse contrato não foi cumprido, no que toca ao objeto, por circunstâncias não imputáveis ao Município. No sentido de salvaguardar o interesse público pretendemos saber se no contrato inicial do direito de superfície estava previsto o direito de reversão por incumprimento do contrato e nesta situação estava previsto algum custo para o Município?

Outra questão, o Piaget utilizou gratuitamente o terreno durante 19 anos, nunca pagou nada e agora vai receber mais de um milhão de euros, traduzindo-se num valor muito elevado para o Município, questiono, quais os interesses mais salvaguardados? Os públicos ou os privados?

O Piaget recorreu a alguns recursos para o seu financiamento? Se recorreu, esse valor foi descontado ao valor da avaliação? Uma vez que essa situação não estava clarificada nos documentos fornecidos.

Relativamente à instalação dos serviços municipais, para além de não se saber quais são, é mesmo necessário nesta dimensão? Foram feitos estudos técnicos e económicos que justifiquem não haver alternativas mais económicas ao custo das obras de adaptação?



O Instituto Piaget ainda vai manter algumas valências no edifício? Vai passar a pagar alguma renda? São estas as questões que gostávamos de ver clarificadas.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, Rui Sá (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.

Em relação a este Ponto da Ordem de Dia e com o intuito de sistematizar esta informação, vou responder a algumas dúvidas que têm surgido, incluindo nos meios da comunicação.

Interessa esclarecer antes de mais, a Comunicação Social tinha meios suficientes para esclarecer essas dúvidas no Executivo.

Vou tentar sistematizar, as obras no edifício Piaget tem já um longo historial, pois já vêm desde 1991 com o Dr. *José Gama*, em que este espaço com direito de superfície foi cedido sem nenhum suporte escrito, só em 2007 e já com alguns elementos deste Executivo, foi possível fazer um acordo com o Piaget por escrito, colocando uma cláusula sobre o direito de superfície, que em relação ao direito de propriedade é um direito menor e, colocando uma cláusula com direito de cedência de superfície e o direito de reversão, se os fins para que o terreno foi cedido não prosseguissem, e desta forma e bem, atendendo que o Ensino Superior tem vindo a perder alunos, nomeadamente, o privado. Esse fim para que se destinava o direito de superfície já não se verificava neste momento.

A Câmara e muito bem encetou negociações com o Piaget e fez-se valer da cláusula do direito de superfície e do edifício, para que isto tivesse chegado a bom porto, a Câmara tem de se socorrer dos meios legais e por isso mandou fazer a avaliação daquele imóvel, a dois peritos de avaliação, mas o Piaget também mandou fazer a sua avaliação por um perito, chegando a um valor de dois milhões quatrocentos e oitenta euros, mas a Câmara também se recorreu da avaliação das Finanças, que foi a que teve melhor valor para o Município, de um milhão oitocentos e sete mil euros, e a avaliação da Comissão de Avaliação de Imóveis do Património Municipal, foi no valor de um milhão trezentos e oitenta e quatro mil euros, isto falando em números redondos.

Também podemos dizer qual o interesse que a Câmara tem neste imóvel, esta informação está nos documentos que esta Assembleia teve acesso, pois a Câmara tem diversos serviços espalhados por toda a cidade e tem todo o interesse em instalá-los naquele espaço. Como se isso não bastasse, já está lá o Infantário Nuclisol e de outra forma já não haveria esta valência, pois a cidade não tem meios de resposta para todas as crianças e também sabemos que vai haver obras nas Escolas Básicas, pois ainda hoje as mesmas foram aqui votadas.

Também sabemos que a Escola Secundária vai entrar em obras, com as condicionantes que aqui já foram faladas e como se isso não bastasse, aqui temos de falar, como o Senhor Presidente, já disse que a ligação do Eixo Parque do Império à Reginorde que vai ficar numa zona nobre da cidade, ou seja, o edifício e os serviços vão ficar nessa mesma zona nobre da cidade, pois também é decorrente aqui se criticar aquando da aquisição de património, como já foi dito aqui, mas fico mais contente com a aquisição de património do que com a venda. Se fosse há dois ou há três anos atrás a Câmara não teria condições para adquirir este património e se agora temos, é sinal que estamos no bom caminho.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

Não vou justificar, mas vou simplificar um bocadinho. O edifício Piaget quando foi construído no tempo do Dr. *José Gama*, tinha uma cláusula que salvaguardava a reversão do terreno no caso de não cumprirmos os cinquenta anos de Ensino Superior e a única forma de ir buscar novamente o terreno é comprando, senão iria ser vendido a terceiros.

O que acontece em termos gerais é o seguinte: o valor patrimonial daquele imóvel com o terreno anda aproximadamente no valor de um milhão e oitocentos mil euros. A autarquia avaliou o terreno em cerca de quatrocentos e trinta e quatro mil euros, subtraiu este valor do terreno e só irá pagar um milhão trezentos e setenta e três mil euros, mas há outras avaliações. É evidente que a avaliação feita pelo Piaget aumentou o valor, mas aceitou as condições que a Câmara lhe impôs, como se pode verificar nos documentos.

O Grupo Parlamentar do PSD louva a atitude do Executivo por dois motivos: primeiro, em trazer este imóvel para a Câmara e não ir para um particular e em segundo porque vai haver obras nas várias escolas e essas crianças vão para as salas do Piaget, onde vão trabalhar normalmente, o que é muito bom para as crianças e pais, embora nem toda a gente queira isso.

Até alunos do 7.º ano vão ter aulas no Piaget, enquanto houver as obras na Secundária e não os vão colocar em contentores, como se faz por esse País fora.

O contrato é vantajoso para a autarquia, pois o pagamento vai ser faseado até 2018, como se pode verificar. Este documento foi aprovado por unanimidade no Executivo. Muito bem Senhor Presidente pensou nas crianças, pensou nos pais e há tantos serviços espalhados pela cidade que pagam renda. Já agora, vou deixar uma ideia. O Palácio dos Távoras deveria ficar só para os Políticos e para exposições, artesanato e outras que surgissem. Assim como sou adepto que é nas zonas residenciais, onde existe muita população, que devia ficar uma secção para pagamentos de água e de vários serviços.

Nós estamos para servir as populações. Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor.

----- **O Presidente da Junta de Freguesia de Cedães António Martins (CDS) disse:**

Senhor Presidente, elementos do Executivo se alguém tivesse dúvidas na forma como ia votar, não era por estes esclarecimentos que fãmos ficar elucidados.

Eu vou fazer aqui as perguntas porque confio nas pessoas e não vou para a comunicação social fazê-las.

Estrategicamente ninguém duvida que é uma boa aquisição, não consigo entender é duas coisas, se a Comissão de Avaliação da Câmara, determinou que o terreno valia quatrocentos e trinta e quatro mil euros e o edifício no total de um milhão, trezentos e

oitenta e quatro mil e quatrocentos euros, não entendo porque a Câmara tem de pagar, se eu cedo um terreno para alguém instalar um equipamento, não sei porque depois tenho de o pagar, essa é a pergunta que eu faço.

Não sei porque hoje é uma votação nominal e quando foi da ACIM não foi, gostava de saber porquê, pois as duas últimas intervenções não me conseguiram explicar.

Agora vou fazer duas perguntas muito objetivas. Esteve um Infantário instalado no Fomento sem pagar renda e sempre com o compromisso de investir em Mirandela e ao fim de 29 anos de serviço esse equipamento pode fechar, as promessas sucessivas foram adiadas, até que a Segurança Social disse que tem de fechar. Eu pergunto, se esse Infantário vai pagar alguma renda? Se tem algum compromisso com o Município de fazerem um investimento noutra local ou se estamos a adiar o seu óbito! Em segundo lugar, o Gabinete de Análises que ali está sediado, gostaria de saber se aquele Gabinete certificado vai continuar a curto prazo ou se vai deixar aquele espaço dado os serviços da Câmara irem para lá.

Para terminar vou fazer a pergunta novamente e gostava que me respondessem com factos objetivos, e resumidamente, se há um terreno cedido por quatrocentos mil euros porque se tem de pagar novamente? E já que tem de ser uma votação nominal, a Freguesia de Cedães vota contra.

----- **O Senhor Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Já que o Deputado *Dinis Veiga* se referiu ao Palácio dos Távoras, que este devia estar dedicado ao turismo cultural, só queria repor a verdade histórica nisto, pois talvez tenha sido a primeira pessoa que tenha dito que o Palácio devia ser dedicado para turismo cultural e fico contente por ter aderido a essa opinião. Se olharmos para a história de Mirandela, é essa a função que devia ser dada ao Palácio dos Távoras.

Dito isto e tendo em conta que gostava de repor as questões, é que foi feito um direito de superfície e foi feito um contrato onde estava prevista a reversão, caso não fosse cumprido o objetivo que era o Ensino Superior e nesse contrato não estavam estabelecidos quaisquer indemnizações relativos às construções nesse terreno, logo, a reversão não dá direito imediato a qualquer indemnização.

Portanto, o conceito de compra é perfeitamente ilegal e ilegítimo, o que pode aqui haver é um direito a uma indemnização, foi feito o direito de superfície de 50 anos, para ser instalado o Ensino Superior num determinado terreno, onde foram feitas construções, tudo de boa-fé, não foi cumprido o objetivo a que se destinava, foi abandonado e a figura jurídica que há aqui e nos termos da lei é a reversão.

Outra questão: vamos fazer a reversão que dá lugar a indemnização ou não? A questão que aqui se coloca, pura e simplesmente toda e qualquer argumentação é no sentido da compra, da avaliação, ou do que quer que seja, é tudo falso.

O que pode haver lugar é, queremos resolver esta situação rapidamente, mas o que estamos a calcular é uma indemnização em que a Câmara está com um poder negocial forte, mas o que me dá ideia é que a Câmara não o quis exercer.

Eu pergunto, se fosse uma outra atividade e se não fosse o Piaget, se teria a mesma consideração de compra?

Às vezes as decisões são em função dos grupos e o que tenho de registar aqui é que o processo de cálculo de indemnização, não de compra, não foi tomado de acordo com o poder negocial que a Câmara tinha, que o processo de reversão é completamente falso, o que disse o Prof. *Dinis*, fosse parar a mãos privadas, isso não tem sustentabilidade pois não tinha qualquer problema nenhum ir para às mãos de um privado.

Eu não quero acreditar que a Câmara queira comprar a contestação dos mirandelenses havendo obras simultaneamente, pois não acredito nisto. Posto isto, a indemnização sim, mas o processo de reversão devia ter sido melhor negociado, por outro lado tenho que dizer, aprovar e registar o bom senso de resolver rapidamente isso, mas não há nada a comprar, o que há é uma reversão.

Se há lugar ou não a um processo de indemnização, porque no contrato não prevê isso, prevê só a reversão e não de compra.

Registo aqui duas coisas, o bom senso de resolver rapidamente esta questão, uma absoluta distorção em relação aquilo que estava em causa, não está nenhuma compra, mas sim uma indemnização, daí as minhas profundas reservas, já que isto é uma votação nominal por imposição do Tribunal de Contas, em como se chegou a este valor, que não foram devidamente acautelados os direitos da Câmara?

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente pelo PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Em toda esta questão que aqui tem vindo a ser debatida, ainda bem que não precisamos de colocar ninguém em contentores, por isso é o que naquelas instalações já está a Creche a funcionar.

Questionava o Senhor Presidente da Câmara, segundo eu creio, se não estou em erro, o Executivo cedeu à Creche, e creio a custo zero e que foi aprovado em certa altura pelo Executivo, a cedência de um terreno, para uma entidade privada construir um edifício de raiz e essa cedência do terreno veio a esta Assembleia para aprovação da cedência desse terreno. Nesta conformidade é caso para perguntar, o que foi feito a esse terreno? Eu gostava de ser esclarecido neste ponto, o que foi feito desse terreno para o desenvolvimento da criança? Gostava de ser esclarecido nesse sentido para o meu sentido de voto.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS) disse:**

Eu não tenho o contrato de cedência do terreno da altura, pois parece-me que só o Grupo Parlamentar do PSD é que teve acesso a ele. Mas queria apenas dizer que o que está aqui em causa é a aquisição do edifício. Eu parto do princípio, o que estou aqui a adquirir são só as benfeitorias que ali foram feitas e só essas é que tenho de pagar.

----- **O Senhor Deputado Municipal, José António Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Sendo uma votação nominal, implica que seja um voto em consciência, cada um faz o juízo daquilo que aqui está a ser discutido, por isso gostava de contribuir para a discussão com esta questão.

Quando foi feita a cedência do terreno ao Instituto Piaget, com um contrato por 50 anos, para aí desenvolver o Ensino Superior durante 19 anos, interrompe o objeto social que estabeleceu no contrato e que lhe deu direito a esse terreno.

Uma Instituição seja de que natureza for, quando assume uma determinada atividade, assume o risco e se esgotou no tempo, não há lugar a qualquer compensação de todas as melhorias e construções que ali fez nesse edifício.

Porque me questiono da seguinte forma, o Piaget fez ali um investimento físico e que agora interrompida a sua atividade ao longo desses dezanove anos, esse edifício também já foi amortizado no tempo, com as transferências do Estado, com as propinas de muitos mirandenses, o edifício já deve estar amortizado, mas para além disso independentemente da sua aquisição, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia Cedães, quer o valor da Comissão de Avaliação do Património Municipal, quer da Autoridade Tributária, se o valor é de quatrocentos e tal mil euros, tem de ser incluído no valor da aquisição do edifício e se a Câmara deliberou por unanimidade conforme proposto aprovar o exercício do direito de preferência e reversão do terreno, logo este custo não deveria estar na equação e logo o valor que está imputado pela Autoridade Tributária e pela Comissão de Avaliação de Imóveis do Património, não devia incluir o valor do terreno, ele simplesmente revertia a favor da Câmara, são as minhas dúvidas para votar em consciência.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *José Manuel Pavão* disse:

A palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *António Branco* disse:

Hoje já ouvi aqui falar no Senhor Eng.º José Sócrates. Quando ouço falar em grupos económicos, é preciso pôr termo a insinuações, pois lido bem com perguntas, mas mal com insinuações. Também quero dizer que quem está neste lugar habitua-se a falar na herança do Dr. Jose Gama, é corrente e decorrente a herança do Dr. Jose Gama. Estamos a falar de algo que aconteceu em Mirandela e depois chega-se a este momento e alguém devia ter resolvido o assunto. Quero recordar que o Instituto Piaget foi instalado nesses terrenos, nem o registo do licenciamento daquele edifício foi resolvido antes deste contrato de 2007. Até esta altura, o edifício tinha sido construído em cima de vários artigos que pertenciam, salvo erro, à Quimigal. Entretanto havia um contrato de promessa com o falecido Dr. Tomé a uma empresa chamada Urbitua e o edifício estava lá a funcionar. Entretanto fruto dessa circunstância e ao contrário do que aconteceu noutras situações em Mirandela, quando foi hora de fazer o licenciamento desse loteamento em 2007, foi determinado pela Câmara que o espaço ocupado pelo Instituto Piaget era um terreno para equipamentos, assim como o espaço ao lado que é o terreno do Hospital Terra Quente, reclamado pelo promotor. Na altura o Instituto Piaget reclamou que o terreno era deles, porque alguém lhe teria transmitido que lho teria dado e isso era facto público. Alguém sabia até isto acontecer que aquele terreno tinha uma escritura destas características? Quando foi feito o licenciamento dos loteamentos foi registado este terreno e o terreno do Hospital Terra Quente. Este último deu origem a uma compensação, por cedências, no valor de trezentos e quarenta mil euros e foi vendido por quinhentos e sessenta mil euros. A Câmara pagou a sua presença naquele hospital com o terreno. Tal como fazemos nos lotes da Zona Industrial; fizemos uma cláusula de reversão e um direito de superfície com direito a reversão e agora toda a zona nova da Zona Industrial tem uma cláusula de reversão associada. Antigamente não era assim, pois não havia a cláusula de direito de reversão e hoje temos alguns conflitos com alguns proprietários da Zona Industrial. Quando eles não cumprem a Câmara exerce o direito de reversão, mas não quer exercer o direito de preferência, o equipamento será vendido e a Câmara é ressarcida do valor do terreno, pois é o que lhe pertence legitimamente. A Câmara deu durante anos terrenos para equipamentos públicos, como IPB e mais um milhão de euros investidos pela Câmara na construção do edifício da PSP, ao Centro de Saúde II e à GNR da Torre D. Chama - o terreno não é da Câmara mas é da Junta. Por isso houve interesse em fazer um direito de superfície e não de propriedade plena logo as dúvidas estão todas esclarecidas.

O terreno da Nuclisol não tem nada a ver com o Instituto Piaget e veio aqui duas vezes a esta Assembleia. Veio a doação e a reversão da doação. A Nuclisol teve um terreno que lhe foi doado e veio a esta Assembleia, ela fez uma candidatura e não lhe foi aprovada e então o terreno reverteu novamente para a Câmara. A Nuclisol esteve instalada num espaço municipal durante 25 anos e nunca ninguém se lembrou de perguntar porque é que nunca pagou renda. Já agora também não perguntam por que é que o IPB também nunca pagou renda, água ou luz.

O Instituto Piaget teve em Mirandela atividades de ensino superior e contribuiu muito para o desenvolvimento da cidade. Mas ao longo dos anos, depois de tudo o que aconteceu, o Piaget encerrou o ensino superior. Entretanto a Câmara foi contactando o Instituto Piaget no sentido de saber se existia intenção de encerrar o ensino superior ou se se reverteria a situação. Em face do que estava a acontecer foi a Reunião de Câmara e foi aprovada a possibilidade de haver uma alteração ao contrato do direito de superfície. Em determinado momento o Instituto Piaget propôs à Câmara alterar o contrato e instalar a Nuclisol naquele local. Numa primeira fase foi aprovada a alteração pois o que queremos é ter serviços em Mirandela mas tal não foi concretizado. Dando respostas a outras perguntas, devo dizer o seguinte: No PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano_1ª fase, aquilo que fizemos foi ter várias reuniões e chegou-se à conclusão que é fundamental tirar os serviços do centro histórico e é fundamental criar uma nova centralidade que está a ser projetada no corredor do Parque do Império – Reginorde; No PARU (Plano de Ação e Reabilitação Urbana), temos de pegar em tudo que são essas dinâmicas locais e começar a ver essas dinâmicas e naturalmente surge o imóvel do Piaget como ponto importante desta dinâmica urbana. Está previsto em toda aquela zona uma remodelação completa, funcional, estrutural de mobilidade. E a Câmara identifica aquele imóvel como essencial para aquele projeto.

Foi por causa destas alterações que começaram as negociações entre o Instituto Piaget e a Câmara Municipal. Foram solicitadas avaliações ao imóvel pelos vários avaliadores, conforme os documentos que os Senhores Deputados têm. Também mandamos avaliar a dois peritos outros imóveis, um deles é um imóvel em Mascarenhas em que o valor da avaliação do perito tem um valor bastante elevado e se nós quisermos uma expropriação é de acordo com aquele valor. Fomos negociar com o Piaget ao valor que

foi encontrado na avaliação mais alta, subtraímos o valor da matriz e efetivamente o que nós vamos pagar são as benfeitorias que estão feitas no terreno que é o edifício. Por isso não estamos a pagar o terreno.

A Câmara vai pegar no edifício num horizonte temporal de dois anos e vai seguir esse planeamento para desafogar a zona histórica. É uma opção que a Câmara fez e que há dois ou três anos atrás não podíamos fazer em face do Saneamento Financeiro. Nós estamos neste momento praticamente a mais de dois milhões de euros abaixo do endividamento e saliente-se que a Câmara não vai pagar a pronto. Nós estamos a preparar o futuro.

Quanto à estação, tenho uma proposta há muito tempo no Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e no dia que em que tenhamos uma resposta iremos ponderar essa aquisição. Alguém se preocupa em saber de quem é o terreno onde está a nossa Central de Camionagem? É da CP. Há muitas coisas que foram feitas e ninguém se preocupa com a legalidade com que foram feitas. Nós vamos resolver uma de cada vez. A Câmara atuou no momento mais importante e atuou porque podia e com a legalidade que aqui está plasmada e nós não fazemos “negócios de boca” e na altura fez-se muita coisa desse género e agora já ninguém se lembra disso.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Chamo um membro de cada Grupo Parlamentar para assistirem a contagem dos votos.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor, nomeadamente: *José Pavão (PSD), Dinis Veiga (PSD), António Figueiredo (PSD), Humberto Cordeiro (PSD), Otilia Lima (PSD), Paulo Pinto (PSD), Luísa Deimãos (PSD), Pedro Beato (PSD), Piedade Trigo (PSD), Fernando Costa (PSD), Domingos Carneiro (PSD), Marisa Alves (PSD), Emanuel Batista (PSD), José Ferreira (PSD), Nuno Patatas (PSD), Fernando Carrazedo (PSD), Carlos Cunha (PSD), António Jacob (PSD), Amílcar Silva (PSD), Ana Pimpão (PSD), Artur Reis (PSD), Armando Carvalho (PSD), Lina Gomes (PSD), José Almeida (PSD), Mário Augusto (PSD), António Roque (PSD), Carlos Pires (PSD), Rui Fernandes (PSD), Fernando Mesquita (PSD), Manuel Fraga (PSD), Rui Sá (PSD), Carlos Alves (PSD), Bernardino Pereira (PSD), Fernando Silva (PSD), Paulo Pontes (PSD) e António Geraldo (PSD), Carlos Fraga (Independente do PS), José António Ferreira (PS), Faustino Cunha (CDS/PP), Manuela Gândara (Independente do CDS/PP), Ricardo Garcia (CDS/PP), Jorge Lopes (CDS/PP), Ana Costa (CDS/PP), Sílvio Santos (CDS/PP), José Madureira (CDS/PP) e Carlos Cadavez (CDS/PP), 3 abstenções, nomeadamente: *Baltazar Aguiar (PS), Odete Ferreira (PS), David Garrido (CDU)*, e 4 votos contra *Rita Messias (PS), Manuel Nestal (PS), Isabel Barreira (PS) António Martins (CDS/PP)*:*

- 1 – Aprovar o exercício do direito de preferência/reversão do terreno e a aquisição do edifício designado por Instituto Piaget, inscrito na matriz com o número 6860, pelo montante de 1.373.180,00 €, nos termos do Contrato Promessa de Compra e Venda celebrado a 29 de agosto de 2016;
- 2 – Submeter o Contrato Promessa de Compra e Venda e a minuta da Escritura de Compra e Venda a Visto Prévio do Tribunal de Contas

4.11 - Aprovação da 3.ª Revisão Orçamental.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 19 de setembro de 2016, com o seguinte teor:

“**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a 3.ª Revisão Orçamental de 2016;
- 2 - Submeter o referido documento à votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *António Branco* disse:

Senhor Presidente, em relação a este ponto os esclarecimentos já foram dados durante a manhã, pois não tínhamos previsto a realização de obras na Escola Secundária, pelo que houve então necessidade de fazer esta Revisão Orçamental, para garantir as obras na Escola Secundária para a Câmara poder fazer o respetivo cabimento.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 42 votos a favor (30 dos membros do PSD, um do membro da CDU, quatro dos membros do PS, um do membro independente do PS e seis dos membros do CDS/PP) e uma abstenção do membro do CDS/PP, aprovar a 3.ª Revisão Orçamental de 2016.

4.12 - Certificação Legal de Contas – PKF Relatório 1.º Semestre 2016.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *António Branco* disse:

Muito obrigado Senhor Presidente isto é uma obrigação legal é um parecer do ROC e não tenho nada a acrescentar

----- Foi presente o documento “Certificação Legal de Contas – PKF Relatório 1.º Semestre 2016”.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.13 - Adequação da Estrutura Organizacional do Município de Mirandela - Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau.

----- Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 19 de setembro de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a alteração do art.º 15.º do Regulamento Orgânico do Município, procedendo-se à conversão das atuais Áreas Funcionais em Unidades Orgânicas Flexíveis de Direção Intermédia de 3.º Grau;**
- 2 – Aprovar a alteração do Mapa de Pessoal do Município, conforme dotações dos cargos dirigentes identificadas;**
- 3 - Aprovar o Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau;**
- 4 - Submeter o ponto n.º 2 e o ponto n.º 3 da Proposta à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Garcia (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este ponto só gostaria de saber qual o enquadramento legal em que vai ser feito a evolução das carreiras nestas supostas nomeações políticas e com que justificação se vai levar estes funcionários do grau 3 para o nível 6 e qual o critério de seleção.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto vem no seguimento do regulamento orgânico que foi aqui apresentado no início do ano e o preenchimento dos lugares vai ser por concurso como determina a lei depois de aprovado vai ser aberto o concurso para preenchimento daqueles lugares que a Câmara achar necessário.

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Garcia (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De acordo com a lei n 167 /2012, de agosto, as Câmaras que estão ao abrigo de situação crítica não poderão ocorrer estas nomeações.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Felizmente de acordo com o histórico que a Câmara têm vindo a desenvolver nestes últimos dois anos, está em condições de assumir estes encargos com as despesas de pessoal.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 abstenção da CDS e 42 votos a favor, 30 do PSD, 4 do PS e 1 independente pelo PS, 6 do CDS e 1 da CDU:

- 1 – Aprovar a alteração do Mapa de Pessoal do Município, conforme dotações dos cargos dirigentes identificadas;**
- 2 – Aprovar o Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau.**

4.14 - Convénio de Geminação a Celebrar entre o Município de Mirandela e o Distrito de Caué.

----- Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 19 de setembro de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Minuta do Convénio de Geminação a celebrar entre o Município de Mirandela e o Distrito de Caué;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A pergunta que eu fazia é para beneficiar o desenvolvimento é necessário que haja um convénio de geminação? Já agora pergunto, como está a geminação de Oeiras e Orthez?

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Finalmente encontrou-se uma solução para aqueles 12 bungalows que se tinha falado como a Câmara não tem contrapartida do outro lado e finalmente a Câmara vai poder construir os tais 12 bungalows em S. Tomé para servir de lazer aos elementos da Assembleia Municipal de Mirandela. Também queria deixar aqui uma sugestão que se convidasse o escrito Miguel Sousa Tavares, como provedor desta Geminação uma vez que ele foi o autor do livro o equador

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós temos de criar estratégias em conjunto, com as instituições com as quais colaboramos para arranjar soluções de sustentabilidade para o presente e futuro. Este convénio e Geminação é o exemplo disso, eu recorde que num dos artigos desse convénio menciona que as Câmaras têm de concorrer a verbas comunitárias de maneiras de financiar este convénio de maneira a financiar estes e outros alunos. Mas isto é feito com a colaboração do IPB, pois tem vindo muitos alunos para outras zonas do país, e agora já começam a descobrir que o custo de vida aqui é menor, neste momento o IPB tem muitos alunos vindos de outros países e nós tentamos com este convénio estabelecer conceitos de financiamento e para dar origem à vinda de outros alunos. Em relação à geminação de Oeiras nós não tínhamos geminação mas sim colaboração, nós temos geminação com a Maia, Orthez e estamos a estabelecer contactos com Bafatá.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Minuta do Convénio de Geminação a celebrar entre o Município de Mirandela e o Distrito de Caué.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

Passemos então agora a outro assunto, Ponto 5: Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Estão abertas as inscrições, recomendo aos Senhores Deputados como o ponto do dia diz Outros Assuntos de Interesse para o Município.

A palavra ao Senhor Deputado *Baltazar Aguiar* faça o favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Baltazar Aguiar* (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estes cinco segundos só para agradecer a solidariedade que me foi prestada pelo Deputado *Carlos Fraga* e apenas dizer e como me ensinaram de pequenino, que não responder a determinadas situações.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todos nós ficamos surpreendidos com o edifício que está a ser implantado junto ao Hospital Terra Quente, como se pode verificar está quase em cima da estrada e das escadas de acesso ao parque de estacionamento do loteamento.

Em relação aquela preocupação que o Senhor Presidente demonstrou em ter uma residência para jovens estamos a surgir um e que a antiga estação da CP poderia dar uma boa Pousada da Juventude e um bom lugar para os jovens, também vi que está em processo de venda a Pensão Praia também tem muitos quartos e seria um bom investimento.

----- **A Senhora Deputada Municipal *Odete Ferreira* (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sempre que posso assisto às atividades do Município, estive presente no lançamento da obra do padre sales. Até que ponto Mirandela tem o seu nome devidamente divulgado? Se há em placas de homenagem, ruas? Eu desconheço e se Mirandela é uma cidade atrativa pela sua beleza e hospitalidade também era necessário explorar a parte histórica e dos valores culturais que temos.

No sábado passado assisti à homenagem ao Dr. *Mirandela* e é lamentável que tivesse estado tão pouca gente de Mirandela. Espero que as pessoas comecem a valorizar aquilo que temos de bom.

Em relação àquele traço continuo depois da Estação eu até concordo, mas se não o pisarmos estamos cinco ou dez minutos à espera que se efetuem as cargas e descargas, se o estacionamento pago se aliviar a afluência do tráfego automóvel e depois também se deixa construir edifícios em cima da estrada como já aqui foi referido, e depois também há o estacionamento não pago logo que se marquem os lugares.

Em Mirandela como aqui já se falou do IMI e com os edifícios degradados, mas se calhar há Municípios que se distinguem pelos seus eventos e porque não Mirandela distinguir-se pela reabilitação do centro histórico.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, Rui Miguel Costa Sá (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta minha intervenção prende-se sobretudo para dar a conhecer melhor a Feira da Azeitona e Mecanização Agrícola em Vale de Gouvinhas, vai decorrer neste fim-de-semana que tenho tentado divulgar ao máximo, nota-se que os colegas Presidentes de Junta não tem aderido a estas iniciativas, hoje na nossa Freguesia, amanhã numa outra.

Quero deixar-vos aqui o convite a todos, pois temos feito uma grande campanha de máquina agrícolas e se evitarmos a morte nem que seja de um operador já é uma aposta ganha, mas para isso conto com a vossa colaboração.

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Nestal (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Câmara sabe que no passado dia 27, foi interpolado o Senhor Ministro do Ambiente pelo Bloco de Esquerda sobre os resíduos há tantos anos que estão implantados no Cachão e o Senhor Ministro disse que na segunda-feira iriam começar a retirar os resíduos, eu perguntava ao Senhor Presidente se os resíduos começam a ser retirados ou não na segunda-feira?

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre D. Chama, Fernando Mesquita (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Prosseguindo uma política de divulgação e apoio às Freguesias, informo que vai ter lugar no dia 8 e 9 de outubro, na minha Freguesia na Torre, a III Feira do Artesanato, Caça e Produtos Regionais, pelo que apelo aos caros colegas, que se desloquem a Torre D. Chama para nos visitarem.

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Garcia (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quem ganhou as eleições foi o PSD e o CDS e não o António Costa e trazer a esta Assembleia como chicota política a mim parece-me de muito mau tom, até ao momento a falta de informação e formação cívica relativamente à política neste País é muito clara e nós aqui podíamos analisar mil e um fatores, agora vir para aqui a usar arremessos políticos, com adjudicações, com benefícios fiscais, seja com o que for é errado, porque qualquer que seja o partido político há-de dar sempre benefícios a toda a gente. E eu gostava de perceber como é que este modelo económico de comunismo, é para esse modelo que nós caminhámos, vai sobreviver não havendo capitalismo, porque nunca vi nenhum modelo económico que seja democrático, em que o capitalismo não seja a solução para um País evoluir, em contrapartida, o comunismo ao que é que leva? À desigualdade social, à pobreza das pessoas e ao enriquecimento dos “Bois” dos partidos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Chamo a atenção aos Senhores Deputados que nos termos do Regimento desta Assembleia, este tempo é para ser usado só para serem debatidos Outros Assuntos de Interesses para o Município.

----- **O Senhor Deputado Municipal José António Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Serve esta minha intervenção para um desafio que no ponto 4.2 nos incitou a refletir, a aprofundar a questão sobre a água e dada a importância que o Senhor Presidente da Câmara dá a esta matéria, lanço aqui um repto a todos, e à Mesa, a realização de uma Assembleia Extraordinária, para tratar desse assunto.

Uma questão que aqui gostava de colocar é em relação à Estação da CP, queria dizer que na Assembleia Municipal de Mirandela de abril de 2006, referi aqui que no Entroncamento foi criado um programa designado Museu Nacional Ferroviário e que promovia de dez núcleos espalhados por todo o País e que promovia a sua requalificação e integração num projeto turístico e cultural comum,

Senhor Presidente, tenho acompanhado a sua preocupação em relação àquele edifício nomeadamente nos finais de julho tem previsto algum plano concreto para que a Estação possa sofrer uma requalificação.

O Ministério do Planeamento e Infraestruturas informou em resposta à Deputada Júlia Rodrigues, quando questionada sobre a titularidade da Estação, que a I.P. alienou ou vai alienar à CP a Estação e as quatro parcelas do terreno, pela qual não fará ali qualquer intervenção ou requalificação.

Senhor Presidente, tenho acompanhado as suas iniciativas, que enalteço e considero extremamente positivas, de preocupação com aquele edifício, nomeadamente em finais de junho em que a Câmara Municipal tinha manifestado a disponibilidade em apontar uma solução para este problema, mesmo com recurso a receitas municipais.

Dada esta transferência da I.P. para a CP a alinação da Estação, se tem previsto, agora em sede da CP alguma iniciativa, sei que referiu num momento anterior essa possibilidade, um plano concreto, um contrato de concessão, para que a Estação de Mirandela, possa de facto sofrer uma requalificação das suas instalações?

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente pelo PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Comecei a minha primeira intervenção nesta Assembleia a dizer que tudo nasce e tudo morre, mas a saudade é que não, mas permitam-me que fique registado na Ata desta Assembleia, o falecimento do Senhor Padre *Luis Pinheiro* que foi professor da maior parte de nós, bem como nas várias comunidades onde passou.

Vim para esta Assembleia com o sentido de responsabilidade, pois até vim doente e falando também em saúde, as rápidas melhoras como fiz ao Senhor Presidente da Assembleia também ao Senhor Cônego *José Joaquim Vaz*, Capelão da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela. Um muito obrigado ao Senhor Padre *Manuel Mendes* pelo trabalho que desenvolveu em prol da nossa juventude e da nossa cidade. Registo com agrado a nomeação dos recentes Sacerdotes para a Unidade Pastoral de Nossa Senhora do Amparo, nomeadamente o Senhor Padre *Tiago Ricardo Fernandes*.

E já agora espero que não me esqueça de ninguém, o Senhor Padre *José Fernandes* que agora é o Coordenador da Comunidade de Salesianos de Mirandela e a vinda para o ano do Santo Papa Francisco a Fátima a 12 e 13 de maio de 2017, a convite de Sua Ex.ª o Senhor Presidente da República.

Também um voto de gratidão ao Pastor *Paulo Lamy* pelos 9 anos que esteve à frente da Igreja Evangélica de Mirandela e também os parabéns e votos de felicitações para o novo Pastor *José Manuel* que vai estar a frente dessa Comunidade. Deixar um pedido de gratidão ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas e de Torre D. Chama pelos convites que me deixaram e que façam muito sucesso nestes eventos, também vai haver um peditório, que é anual a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro, que reverte a favor do doente oncológico e espero que todos participem e se associem a esta causa.

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para dizer que aqui fala-se muito em reabilitação urbana, mas isto tem procedimentos legais, pois rege-se pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, há conceitos que estão definidos por lei, pois não é o Presidente da Câmara, nem os Vereadores que vão alterar esses procedimentos e de acordo com essa legislação, a área de reabilitação urbana é uma área delimitada. Por isso eu vim aqui bater palmas e já agora pergunto ao Senhor Presidente se já está em execução a ORU? Já há uma situação prática de planos de pormenor? Pois só assim é que podemos reabilitar, do resto é tudo uma "pessegada" o que aqui se vem dizer, mais valia era ficarem na cadeira, não é vir aqui ao púlpito, senão é tudo uma fantasia porque execução urbana e reabilitação urbana e requalificação urbana, são dois itens que estão sobrepostos, que se rege pela lei e penso que a Câmara não está a fantasiar e quer levar isto a bom porto.

----- **O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou ser muito breve, mas não custa nada verificar novamente quando as coisas não funcionam e voltar atrás, pois quero referir-me à rua da república e aquele impedimento de passagem, pois no princípio em relação ao comboínio aquilo não era funcional e teria sido dito pelo Senhor Presidente, que não seria parque de estacionamento da Polícia, mas eles continuam lá a fazer parque de estacionamento, mas esse nem é o maior problema, mas sim o abuso de quem tem o comando pois fazem cargas e descargas a qualquer hora e era preciso por cobro a isso a esse tipo de situação.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres, *José Madureira* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar queria dar uma resposta ao Dr. *Mesquita* e ao *Rui Sá* têm toda a razão, só é pena as Freguesias não são todas iguais, pois pedi um subsídio há três anos para as crianças e foi-me negado, gostaria de saber quanto a Câmara gasta com os eventos das Freguesias todas que fazem estes eventos e também gostava de saber, pois já fiz vários convites ao Senhor Presidente da Câmara e ainda nunca foi, eu acho um pouco estranho, pois acho que já foi a todas, eu sou o Presidente da Junta de Abambres, e com todo o gosto, acho estranho que na festa das crianças não estava lá nenhum membro da Câmara.

A Câmara quando convida para tudo, incluindo os Reis, para participar, lá estou eu com o meu grupo e não vejo lá muitos Presidentes de Junta, pois isso dá trabalho, mas eu participo, o que lhes interessa é só levar lá o Senhor Presidente da Câmara para ficarem bem vistos para a sua Freguesia.

O que eu acho é que as Freguesias deviam ser todas iguais, por exemplo o evento numa Freguesia de Vale de Gouvinhas em quanto fica, pois eu estou pela estrada e vejo passar os camiões da Câmara Municipal para a Freguesia e tudo isso dá despesas

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco*, disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos na Assembleia Municipal é bom que fique algum registo, porque por vezes parece que as memórias se perdem. Eu entrei nesta Assembleia com 26 anos, era jovem, mas já trazia algum trabalho político anterior, mas há pessoas mais seniores que frequentavam a política e deverão saber o histórico dos processos de Mirandela melhor que eu.

Eu sou um mirandense que lamenta todos os dias que tenha desaparecido a Quimigal, era dos espaços mais bonitos em Mirandela, tinham um potencial enorme e foi aí constituído um loteamento e já foi aprovado há cerca de 19 anos atrás.

Se havia opções diferentes do ponto de vista urbanístico era nessa altura, não é agora que tenho de me sujeitar a isso, a solução arquitetónica não é tão má como isso, podia ser bem pior e o que ali está, está dentro de um quadro de legalidade.

Em relação ao Dr. *Mirandela*, dizer que existe uma rua em Mirandela, não com o nome Dr. *Mirandela* mas com o nome *Francisco Fonseca Henriques*, com o objetivo de reabilitar o nome do Dr. *Mirandela* e dar-lhe o destaque que merece, estamos agora a iniciar esse caminho.

Em relação à questão levantada pelo Senhor *Nestal*, a pergunta foi mal direcionada, pergunte ao Senhor Ministro, não me pergunte a mim. Posso-lhe responder da minha parte, dele não sei, se ele fez essas afirmações, ele tem de responder por elas.

A Câmara tem acompanhado em conjunto com a Câmara de Vila Flor aquela situação, saiu esta semana no Jornal uma decisão que essa pessoa foi absolvida, aquele material não é considerado resíduos, mas material valorizável, isto é público, o proprietário tem legitimidade para ter o material ali, isto não é tão simples como nos parece, a Câmara tem acompanhado, nós não temos nenhuma informação que aquilo vá acontecer segunda, nem terça, mas já houve uma reunião com o CCDR-N para encontrarmos uma solução, mas que pouco adiantou, estamos atentos e vamos tentar resolver dentro do quadro legal.

Em relação à Assembleia Municipal Extraordinária sobre as Águas, reafirmo o que disse e manifesto a minha disponibilidade, é um assunto extremamente importante, as pessoas pensam que a água tem imenso valor, vale muito dinheiro, para que um dia que este assunto venha a esta Assembleia, seja tomada uma decisão de forma consciente.

Tenho total disponibilidade em reunir com os Membros desta Assembleia.

Em relação ao Senhor *Garrido* o que aqui manifestou aqui, já foi comunicado formalmente à P.S.P., não é inadmissível que numa rua de sentido único esteja lá estacionado um carro, mesmo que seja da polícia, o objetivo não é fiscalizar o que se passa fora da rua, mas sim fiscalizar o que se passa na rua.

Em relação ao Senhor *Madureira*, eu estive consigo em Vale de Juncal na Festa e tenho todo o gosto em ir a Abambres.

Vou falar sobre a Estação e as confusões da Estação, quando foi constituído o Metro foi feito um acordo entre a CP e a Câmara Municipal de Mirandela e nesse acordo havia várias vertentes, umas das vertentes passava pela criação de um circuito de transportes entre Mirandela e Cachão, que nunca chegou a ser implementado e a compra do material circulante seria paga pela viabilização dos terrenos envolventes da Estação, isto é, para criar o Metro vendiam-se os terrenos que envolviam a Estação e pagavam-se as locomotivas do Metro com esse dinheiro.

Assumindo que estava tudo tratado, a Câmara Municipal de Mirandela naqueles mesmos terrenos, construiu a Estação de Camionagem.

Entretanto os terrenos que pertenciam ao domínio público ferroviário passaram a pertencer ao domínio privado ferroviário e naquela altura foi constituída a REFER e a partir desse momento o domínio público ferroviário fica nas mãos da REFER e o domínio privado ferroviário fica nas mãos da CP, exceto em Mirandela, não de acordo com o que estava previsto na constituição do Metro, foi constituído domínio público ferroviário todos aqueles terrenos e por isso é que aqueles terrenos hoje ainda estão em nome da IP, REFER, porque desde essa altura os terrenos foram registados como domínio público ferroviário, todos eles inclusive a Estação.

A Câmara Municipal trouxe a esta Assembleia há já alguns anos, uma Proposta de conversão dos terrenos em domínio privado ferroviário, passariam para a CP e a Câmara Municipal de Mirandela assumi-a os valores desse orçamento, cerca de 800 mil euros, pagando a Estação e compensando a CP pelas viaturas, isto ocorreu há cerca de sete anos.

Desde essa altura houve um conflito contínuo, permanente entre a CP e a IP, quanto à legitimidade daqueles terrenos, a REFER onerou os terrenos, isto é, colocou-os na dívida e a CP curiosamente fez exatamente a mesma coisa, onerou os mesmos terrenos na dívida da CP.

Ao longo dos tempos, mesmo antes de ser Presidente da Câmara, tenho tido a oportunidade de reunir com Presidentes da CP, Presidentes da REFER, Secretários de Estado e o problema foi sempre o mesmo, a IP não quer entregar os terrenos à CP sem que esta lhe pague o valor que eles consideram adequado e a CP quer vender os terrenos, mas também ao mesmo tempo quer que lhe paguem o material circulante.

Houve uma evolução muito significativa no ano passado e a REFER comprometeu-se a vender à CP os terrenos pelo preço simbólico de 1,00 €, mas para isso acontecer é necessário o Despacho de dois Secretários de Estado, o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, porque a IP não pode vender terrenos, por isso este processo de entregar os terrenos da IP à CP, decorre há cerca de dois anos e ainda não está concluído.

Fruto das circunstâncias das alterações que vão surgir na Linha do Tua, a Câmara Municipal desde há dois anos tem feito propostas sucessivas, fez ao Governo anterior e foram enviados dois ofícios ao atual Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, em que a Câmara Municipal diz que compramos a Estação pelo valor que está avaliada, a Câmara Municipal está recetiva a qualquer solução, a nossa Proposta vai em outro sentido, uma vez que vai existir uma nova mobilidade na Linha do Tua, que é uma mobilidade turística, há a liquidação da empresa Metropolitano Ligeiro de Mirandela, a liquidação é feita entre a Câmara Municipal de Mirandela e a CP, é isto que consta nos documentos, é feita a liquidação, a Câmara Municipal de Mirandela assume os funcionários que estão no Metro, a Câmara Municipal de Mirandela paga cerca de 800 mil euros à CP, assume a Câmara Municipal de Mirandela perante a CP a liquidação e a CP fecha as contas relativas ao material circulante, que ainda continua a onerar o Metro e o assunto fica encerrado.

Este é o ponto da situação, o assunto não está parado por inação da Câmara Municipal, o assunto está parado por inação da CP e da IP e neste momento existe uma Proposta feita pela Câmara Municipal de Mirandela, há três meses que o Metro circula à custa da Câmara Municipal de Mirandela, sem uma única ajuda do Estado, sem que nos seja paga a renda mensal que nos é devida pelo Estado, estamos a suportar e temos aguentado calmamente esta situação de instabilidade, quem tem vontade que aconteça alguma coisa, tem de a fazer acontecer, não é apenas ficar à espera que aconteça. Temos de trabalhar para que isso aconteça, basta uma decisão política do Governo para que isso possa acontecer.

Durante este mês temos em Mirandela três Seminários Nacionais e Internacionais de Medicina, todos eles dedicados a temas diferentes, promovidos por instituições da nossa terra, que vão trazer a Mirandela centenas de pessoas, qualificando a nossa terra como aquilo que ela é, por isso estão todos convidados.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – 2.º Período de Intervenção do Público.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Muito obrigado a todos.

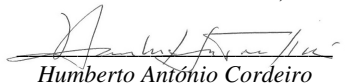
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 19 horas.

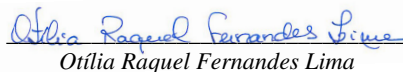
O Presidente da Assembleia Municipal;


José Manuel Lemos Pavão

O Primeiro Secretário;


Humberto António Cordeiro

A Segunda Secretária


Otília Raquel Fernandes Lima